



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

SERVIÇO COMUM (Art. 6º, XIII)

PROCESSO LICITATÓRIO N°92/2024 PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N°27/2024

1. Preâmbulo/Convocação
2. Objeto
3. Previsão de recursos orçamentários
4. Esclarecimentos e impugnação ao edital
5. Vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato
6. LGPD
7. Aplicação da Lei Complementar nº 123/2006
8. Participação de consórcios
9. Participação dos profissionais organizados sob a forma de cooperativa
10. Regras gerais para documentação
11. Fases de PROPOSTA e HABILITAÇÃO
12. Propostas
13. Verificação de impedimentos no CEIS e CNEP
14. Julgamento das propostas
15. Habilitação
16. Recursos e Pedidos de Reconsideração
17. Adjudicação e Homologação
18. Ata de Registro de Preços (regras para formalização, gestão e fiscalização)
19. Recebimento do objeto
20. Pagamento
21. Penalidades
22. Disposições finais
23. Anexos:
 - I - Estudo Técnico Preliminar – ETP
 - II - Termo de Referência – TR
 - III - Declaração de ciência e capacidade para atendimento as exigências do termo de Referência e Edital
 - IV - Declaração inexistência de impedimentos e vínculos
 - V - Ata de Registro de Preços
 - VI - Proposta + Declaração art. 63, § 1º
 - VII - Declaração art. 63, IV – PcD e reabilitado da Previdência Social
 - VIII - Declaração Unificada
 - IX - Aplicação dos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006 (quando a empresa se enquadrar nesse situação – EPP, ME e MEI)

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 95.990.180/0001-02, leva ao conhecimento dos interessados a realização do seguinte Processo Licitatório nº 92/2.024:

I - Regime legal: Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 (art. 4º) e Decreto Municipal nº 92/2023

II - Modalidade: Pregão (art. 6º, XLI)

III - Critério de Julgamento: Maior Desconto – Total Por Lote

a) Maior desconto: observar atentamente o art. 34, com foco no § 2º (.terá como referência o preço global fixado no edital de licitação, e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos).

IV - Modo de disputa:

a) Aberto (art. 56, I e § 2º)

V - Intervalo entre os lances: 1% (um por cento)

57. O edital de licitação poderá estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

VI - Forma: Eletrônica (art. 17, § 2º)

VII - Plataforma: www.portaldecompraspublicas.com.br

a) O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;

b) O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

c) O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

d) É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e mantê-los atualizados

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

e) A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

VIII - Data/horário limite para cadastro da PROPOSTA:

a) 23 de agosto de 2024

b) 08:15 (horário de Brasília/DF)

IX - Data/horário da sessão pública:

a) 23 de agosto de 2024

b) 08:30 (horário de Brasília/DF)

X - Condução do processo licitatório: Pregoeiro e Equipe de Apoio – nomeados conforme Decreto nº 92/2023.

2. OBJETO

2.1. O objeto deste processo licitatório é Contratação de serviços de manutenção corretiva e preventiva e fornecimento de peças (mecânicas, elétricas, lubrificantes, acessórios e funilaria), no que tange aos veículos (Veículos Leves, Médios e Pesados), máquinas e equipamentos como referência de preços, via Tabela de preços do Sistema TRAZ VALOR.

2.2. O objeto está fundamentado no Estudo Técnico Preliminar – ETP do ANEXO I e no Termo de Referência do ANEXO II.

2.3. Valor do objeto: 1.930.000,00 (um milhão, novecentos e trinta mil reais)

2.5. SUBCONTRATAÇÃO : Fica vedada a subcontratação

3. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta do orçamento de 2.024, conforme planilha abaixo:

Despesa	Recurso	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa
800	150000	2-3 Manutenção das Atividades da Secretaria	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos
799	150000	2-3 Manutenção das Atividades da Secretaria	339030390000- Material para Veículos
718	150000	2-2 Manutenção da estrutura do Gabinete do Prefeito	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

717	150000	2-2 Manutenção da estrutura do Gabinete do Prefeito	339030390000- Material para Veículos
1140	150000	2-38 Manutenção do Conselho Tutelar	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos
861	150000	2-38 Manutenção do Conselho Tutelar	339030390000- Material para Veículos
938	150000	2-26 Manutenção das Atividades da Secretaria	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos
1112	150000	2-26 Manutenção das Atividades da Secretaria	339030390000- Material para Veículos
832	150000	2-12 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos
831	150000	2-12 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	339030390000- Material para Veículos
716	150000	2-9 – Manutenção do Transporte Escolar	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos
612	150000	2-9 – Manutenção do Transporte Escolar	339030390000- Material para Veículos
530	150000	2-9 – Manutenção do Transporte Escolar	339030010000 – Combustíveis e Lubrificantes Automotivos
750	150000	2-32- Manutenção das Atividades da Secretaria	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos
813	150000	2-32- Manutenção das Atividades da Secretaria	339030390000- Material para Veículos
652	150000	2-35 - Manutenção das Atividades do Departamento	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos
682	150000	2-35 - Manutenção das Atividades do Departamento	339030390000- Material para Veículos
718	150000	2-23 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos
717	150000	2-23 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública	339030390000- Material para Veículos

4. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação vigente ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (art. 164).

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame (art. 164, p. ú.).

4.3. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas (art. 55, § 1º).

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

5. VEDAÇÕES PARA DISPUTAR O CERTAME E PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. São vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

- I - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, I c/c § 3º);
- II - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (art. 14, II). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º);
- III - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);
- IV - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV);
- V - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações, concorrendo entre si (art. 14, V);
- VI - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);
- VII - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);
- VIII - É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);



IX - Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, p. ú.);

X - Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º).

5.2. O licitante deverá apresentar declaração que não incorre nos impedimentos (ANEXO III).

6. CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018)

6.1. Para finalidade da efetiva participação do LICITANTE no certame, o MUNICÍPIO fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e, zelar e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

6.2. O LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial os regulamentos municipais e a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

6.3. O MUNICÍPIO e o LICITANTE, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

6.4. Ao participar da licitação o LICITANTE assume que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.

6.5. É vedado ao LICITANTE a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

6.6. O LICITANTE fica obrigada a notificar o MUNICÍPIO, em até 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).



6.7. As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais.

6.8. O LICITANTE será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pelo LICITANTE de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

6.9. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

6.10. As cláusulas de proteção de dados deste edital, permanecem durante toda execução do objeto ora licitado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

6.11. Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedor(es) do certame, deverão seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, afim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais, na sua estrutura organizacional.

6.12. Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedora(s) do certame, informarão ao MUNICÍPIO, dos dados de contato do seu respectivo Encarregado de Dados, conforme exigido nos documentos de habilitação jurídica.

6.13. A LICITANTE para ter conhecimento da política de privacidade do MUNICÍPIO, poderá contatar com o Encarregado de Dados, por meio do endereço eletrônico de e-mail adm@aguasfrias.sc.gov.br.

7. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

7.1. Conforme art. 4º da Lei nº 14.133/2021, aplicam-se as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, exceto (art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

II - No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

7.2. A Lei Complementar nº 123/2006, conforme art. 1º, estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de



pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

7.2. Para os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 3º):

- I - Sociedade empresária;
- II - Sociedade simples;
- III - Empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI;
- IV - Empresário a que se refere o art. 966 do Código Civil:
 - a) Quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços (art. 966, caput);
 - b) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa (art. 966, parágrafo único).

7.3. As microempresas ou empresas de pequeno porte indicadas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 devem estar devidamente registradas no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

- I - No caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);
- II - No caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais);
- III - No caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

7.4. Os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 também se aplicam ao Microempreendedor Individual – MEI que (art. 18-A, § 1º):

- I - Tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais);
- II - Optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista no art. 18-A da LC 123/2006;
- III - Seja empresário individual que se enquadre na definição do art. 966 do Código Civil.

7.5. Também se considera Microempreendedor Individual – MEI para a Lei Complementar nº 123/2006 o empreendedor que exerça:

- I - As atividades de que trata o § 4º-A do art. 18-A:
§ 4º-A Observadas as demais condições deste artigo, poderá optar pela sistemática de recolhimento prevista no caput o empresário individual que exerça atividade de comercialização e processamento de produtos de natureza extrativista.
- II - As atividades de que trata o § 4º-B do art. 18-A, estabelecidas pelo CGSN:
§ 4º-B O CGSN determinará as atividades autorizadas a optar pela sistemática de recolhimento de que trata este artigo, de forma a evitar a fragilização das relações de trabalho, bem como sobre a incidência do ICMS e do ISS.



III - As atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural.

7.6. As disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 também se aplicam às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar no 123/2006 (Lei nº 11.488/2007, art. 34)..

7.7. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos no art. 4º, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133/2021.

8. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

8.1. É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV).

8.2. A responsabilidade dos integrantes é solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato (art. 15, V).

8.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Administração Pública Municipal e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio (art. 15, § 5º).

8.4. Na fase de habilitação:

I - **TÉCNICA:** é admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado (art. 15, III – primeira parte);

II - **ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

a) Admissão do somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, III – segunda parte);

b) Acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação (art. 15, § 1º); o referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei (art. 15, § 2º).

8.5. A assinatura do contrato será condicionada à (art. 15, § 3º):

I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (art. 15, I);

II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, II).

9. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

9.1. Conforme art. 16 da Lei nº 14.133/2021, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial:

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

- a) Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 – Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;
- b) Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 – Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- c) Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

9.2. Conforme art. 34 da Lei nº 11.488/2007, aplica-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar no 123/2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, o disposto nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI, e no Capítulo XII da referida Lei Complementar.

10. REGRAS GERAIS PARA DOCUMENTAÇÃO

10.1. Conforme art. 12 da Lei nº 14.133/2021:

I - Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;

II - Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 da Lei nº 14.133/2021 (licitações internacionais);

III - O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo, sendo que a decisão sobre tal desatendimento poderá ser precedida de parecer jurídico;

IV - A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

V - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

VI - Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;



VII - É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, que permita a correta identificação do signatário.

11. FASES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

11.1. Para este certame, a fase de PROPOSTA será anterior à fase de HABILITAÇÃO.

11.2. A fase RECURSAL será única (art. 165, § 1º, II).

12. DAS PROPOSTAS

12.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **Maior Desconto – Total Por Lote**

12.1.1. Para elaboração das propostas o licitante deve:

I - Apresentar sua proposta com valor não superior ao valor máximo indicado pela Administração Pública Municipal (art. 24);

II - Elaborar sua proposta levando em consideração a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem ou serviço (art. 25, § 2º).

12.1.2. O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da sessão pública (art. 13, I da Lei nº 14.133/2021), sob pena de incursão no art. 337-J do Código Penal¹

12.1.3. O licitante deverá encaminhar proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a etapa de envio da proposta.

12.1.4. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

12.1.5. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

12.1.6. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

12.1.7. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

12.1.8. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, na plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br.

12.1.9. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

12.1.10. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

¹ Violação de sigilo em licitação

Art. 337-J. Devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo: Pena - detenção, de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa



12.1.11. Aberta a etapa de lances, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo que os lances deverão ser inferiores ao último ofertado por ele próprio e registrado no sistema eletrônico, respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances quando estabelecido no edital, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

12.1.12. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa **ABERTO**.

I - ABERTO:

- a) 10 (dez) minutos de lances sucessivos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos;
- b) A prorrogação automática será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação;
- c) Não havendo novos lances nos últimos 2 (dois) minutos, a sessão pública será encerrada automaticamente;
- d) Encerrada a etapa de lances, com ou sem prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício do envio de lances, em prol da consecução do melhor preço;
- e) Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;
- f) Durante o envio de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível;
- g) Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer do envio de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.1.13. . No caso de a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

13. VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO CEIS E CNEP

13.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação dos licitantes no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- I - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- II - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).



13.2. A consulta aos cadastros acima referidos será realizada em nome do licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências).

13.3. A verificação visa coibir o disposto no art. 337-M do Código Penal².

14. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1. Serão desclassificadas as propostas que (art. 59, caput, da Lei nº 14.133/2021):

- I - Contiverem vícios insanáveis;
- II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública Municipal;
- V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- VI - Não apresentarem declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

14.2. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada (art. 59, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

14.3. EXEQUIBILIDADE:

14.3.1. A Administração Pública Municipal poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto em IV do tópico 14.1 (art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

14.3.2. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA: no caso de a proposta vencedora for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, deve o licitante apresentar garantia, equivalente à diferença entre o valor orçado pela Administração e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas neste edital (art. 59, § 5º).

14.3.3. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a:

I - BENS E SERVIÇOS QUE NÃO SÃO DE ENGENHARIA: 70% do valor máximo definido pela Administração Pública Municipal

2Contratação inidônea

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º Incide na mesma pena do caput deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública



II - SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA: 75% do valor máximo definido pela Administração Pública Municipal (art. 59, § 4º).

14.4. EMPATE:

14.4.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem (art. 60, caput da Lei nº 14.133/2021).

- I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;
- III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.
- IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, quando existir.
- V - Sorteio.

14.5. DIREITO DE PREFERÊNCIA:

14.5.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por (art. 60, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I - Empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;
- II - Empresas brasileiras;
- III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências).

14.5.2. Ainda, devem ser aplicadas as regras dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 (art. 60, § 2º da Lei nº 14.133/2021): se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por licitante apto a usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 (ver tópico 7) e se houver proposta igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, apresentada por licitante que possa usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 (ver tópico 7), se procederá da seguinte forma:

- I - O licitante coberto pelos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006 (ver tópico 7) mais bem classificado poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatário;
- II - Não sendo adjudicatário na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;



III - O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.6. NEGOCIAÇÃO:

14.6.1. Definido o resultado do julgamento, a Administração Pública Municipal poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado (art. 61, caput da Lei nº 14.133/2021).

14.6.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração (art. 61, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

14.6.3. A negociação será conduzida pelo pregoeiro, conforme Decreto nº 92/2023, realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes (art. 61, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

14.7. Se a proposta for desclassificada o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1. Encerrado o julgamento das propostas, será exigido do licitante com a melhor proposta os documentos de habilitação, o qual terá o tempo máximo de até 2 (duas) horas para anexar no sistema (art. 63, II).

15.2. O pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

15.3. Havendo a necessidade de envio de documentos para a confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, ou, ainda, de envio de documentos não juntados mas que comprovem que na data da apresentação da proposta o licitante atendia às condições de aceitabilidade da proposta e de habilitação, o licitante será convocado a encaminhá-los, via sistema eletrônico, no prazo fixado pelo pregoeiro, sob pena de inabilitação, prazo durante o qual a sessão não será suspensa.

15.4. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação precisa de dados capazes de qualificar inequivocamente o licitante.

15.5. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.



15.6. Em se tratando de licitante indicado no tópico 7, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública Municipal.

15.7. A não regularização da documentação no prazo previsto anteriormente implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

15.8. PESSOA JURÍDICA:

I - Declaração que atende aos requisitos de habilitação (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) (ANEXO VIII – Declaração unificada)

II - Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/91 (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021) (ANEXO VII)

III - Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública; (ANEXO IV)

IV - Declaração de aplicação dos Arts. 42 ao 49 da lei complementar Nº 123/2006, (quando a empresa se enquadrar nesse situação – EPP, ME E MEI – ANEXO VIII.)

V- HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Comprovação da existência jurídica da pessoa, como:
 - i) Estatuto ou contrato social;
 - ii) Ato constitutivo;
 - iii) Registro comercial;
 - iv) Decreto de autorização.

VI - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei nº 14.133/2021):

- a) CNPJ;
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, SE HOUVER, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Regularidade com a Fazenda federal e com a Seguridade Social:

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

- i) Pessoa Jurídica: <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>
- d) Regularidade com a Fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante;
- e) Regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante;
- f) Regularidade com o FGTS: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>
- g) Regularidade com a Justiça do Trabalho: <https://www.tst.jus.br/certidao1>
- h) Cumprimento do art. 7º, XXXIII da CF/88: proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.(ANEXO VIII – Declaração Unificada)

VII- HABILITAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante

VIII – Habilitação Técnica

- a) Comprovar estar sediada em um raio de **até 30 km** do Centro administrativo do município de Águas Frias/SC.
- b) Declaração de ciência e capacidade para atendimento as exigências do Termo de Referência e Edital (ANEXO III)

15.9. Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

15.10. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado o vencedor.

16. DOS RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

16.1. Cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de (art. 165, I da Lei nº 14.133/2021):

- I - Julgamento das propostas (art. 165, I, “b”);
- II - Ato de habilitação ou inabilitação de licitante (art. 165, I, “c”);
- III - Anulação ou revogação da licitação (art. 165, I, “d”);
- IV - Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração (art. 165, I, “e”).

16.2. Se apresentado recurso em virtude do disposto nos incisos “I” e “II” do item anterior, serão observadas as seguintes disposições (art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021):



I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento;

II - A apreciação dar-se-á em fase única.

16.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida (art. 165, § 2º [primeira parte] da Lei nº 14.133/2021).

16.4. Apresentado recurso, será aberto prazo para apresentação de contrarrazões, será o mesmo do recurso - 3 (três) dias úteis - e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso (art. 165, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

16.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses (art. 165, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

16.6. Apresentadas as contrarrazões ou findo o prazo para apresentação destas, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida terá prazo de 3 (três) dias úteis para apreciar o recurso e as contrarrazões.

16.6.1. Se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

16.7. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento (art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

16.8. Cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico (art. 165, II da Lei nº 14.133/2021).

16.9. Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação (art. 166, caput da Lei nº 14.133/2021).

16.9.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 166, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

16.10. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento (art. 167 da Lei nº 14.133/2021).

16.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente (art. 168, caput da Lei nº 14.133/2021).

16.12. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias (art. 168, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



17.1. Conforme art. 71 da Lei nº 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa (art. 71, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

17.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado (art. 71, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

17.4. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

17.5. A anulação do processo licitatório induz à da ata de registro de preços e do contrato.

17.6. Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do processo licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

18. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. REGRAS PARA FORMALIZAÇÃO

18.1.1. O registro de preços observará as regras constantes no decreto municipal nº 103/2023, entre outras, as seguintes condições:

- I - Serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva ou do proponente a ser contratado de forma direta;
- II - Será incluído na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor na ordem de classificação do certame, bem como daqueles licitantes que mantiverem sua proposta original, com objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses de cancelamento do registro do fornecedor;
- III - O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no sítio eletrônico oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços;
- IV - A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata de registro de preços deverá ser respeitada nas contratações.



18.1.1.1. Se houver mais de um licitante que aceite cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase de lances.

18.1.1.2. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

18.1.1.3 O anexo que trata o inciso II do tópico 18.1.1. será preenchido com a informação dos licitantes que aceitarem registrar preços iguais ao do licitante vencedor do certame e daqueles licitantes que mantiverem sua proposta original.

18.1.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado até o limite de 2 (dois) anos, desde que comprovado o preço vantajoso.

18.1.3. O fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Município.

18.1.3.1. É facultado ao Município, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

18.1.3.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do tópico anterior, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, o Município poderá:

I - Convocar aqueles licitantes que mantiverem sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II - Adjudicar e celebrar a ata de registro de preços nas condições ofertadas pelos licitantes subsequentes, atendida à ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18.1.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

18.1.4.1. A recusa injustificada do fornecedor mais bem classificado em assinar a ata de registro de preços dentro do prazo estabelecido no edital ou instrumento de contratação direta ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.1.4.2. O compromisso também se aplica aos licitantes que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, bem como licitantes que mantiverem sua proposta original e/ou dos licitantes que apresentaram preço conforme o art. 82, III da Lei nº 14.133/2021.

18.1.4.3. O licitante que aceitar compor o cadastro de reserva com preço igual ao do licitante vencedor ou pelo valor de sua proposta original, mas deixar de responder ou recusar convocação do Município para assumir o remanescente da ata de registro de preços, ficará sujeito à imposição das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo sempre assegurado o contraditório e a ampla defesa.



18.1.5. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, devendo ser deverá ser celebrado no prazo de validade da ata de registro de preços.

18.1.5.1. O instrumento contratual poderá ser substituído nos termos do art. 95, caput da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.1.5.2. O contrato ou outro instrumento que venha substituí-lo observará o disposto no Título III da Lei Federal nº 14.133/2021 (Dos Contratos Administrativos).

18.1.5.3. Será reputada firmada a contratação administrativa na data da confirmação de entrega do instrumento contratual ao fornecedor registrado, admitindo-se a entrega do instrumento por qualquer meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

18.1.6. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

18.1.6.1. A comprovação da alteração dos preços será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso, sem prejuízo de outros documentos que comprovem a necessidade de alteração dos preços registrados.

18.1.6.2. O Município poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação original, para que se manifestem sobre a manutenção do preço ofertado na licitação, hipótese em que o registro será confirmado àquele que ofertar a proposta mais vantajosa.

18.1.7. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Município convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, sendo observado:

I - O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

II - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

18.1.8. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Município poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

II - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

III - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18.1.9. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - Por razão de interesse público;

II - A pedido do fornecedor;

III - Descumprir as condições da ata de registro de preços;

IV - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Município, sem justificativa aceitável;



V - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

VI - Sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021; ou

VII - For condenado por algum dos crimes previstos no art. 178 da Lei Federal nº 14.133/2021, por sentença transitada em julgado.

18.1.9.1. O cancelamento de registros será motivado e formalizado por despacho da autoridade superior, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.1.10. É vedado aos órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, na condição de não participantes, aderirem à ata de registro de preços gerenciada por este Município.

18.2. GESTÃO DA ATA

18.2.1 Quanto à prestação de serviços com utilização de mão de obra por empresa contratada, em que pese a responsabilidade pela execução ser desta, deverá o setor de engenharia da Administração Pública fiscalizar o serviço

18.2.2. O gestor do Contrato/Ata de Registro de Preços será o Técnico em Contratos e Convênios Sr. DIONEI DA ROSA nomeado pelo Decreto Municipal nº92/2023

18.3. FISCALIZAÇÃO DA ATA

18.3.1 O fiscal da Ata de Registro de Preços será realizada pelos responsáveis pelas seguintes secretarias:

- a) Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento: João Carlos Peres
- b) Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo Sra. Jocineia Pandolfo Gonçalves da Silva
- c) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente Sr. Jandir Cristolfi Panis
- d) Secretaria Municipal de Assistência Social Sra. Andressa Kaline Santos Pires Fontana
- e) Secretaria Municipal de Infraestrutura Sr. Valdoir Francisco Boaro
- f) Fundo Municipal de Saúde de Águas Frias Sra. Lirdes Galão

18.3.2 Caberá a Fiscal da Ata de Registro de Preços :

18.3.2.1. Fiscalizar a realização dos serviços, bem como requisitar, quando necessário, a promoção de medidas para a regularidade da prestação do serviço;

18.3.2.2. Rejeitar, no todo ou em parte a prestação dos serviços caso esta não apresente resultados satisfatórios ou conforme as obrigações assumidas pela Contratada;

18.3.2.3. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade, e sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;

19. RECEBIMENTO DO OBJETO



- 19.1 Os serviços deverão estar em conformidade com as normas regulamentadoras vigentes.
- 19.2. Responsabilizar – se em arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.
- 19.3 Todas as despesas com encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como despesas com transporte/deslocamento, taxas de administração, lucros e quaisquer outras despesas incidentes sobre os serviços, não se admitindo qualquer adicional.
- 19.4. A (s) empresa(s) arrematante(s) da licitação deverá(ão) responsabilizar-se, às suas expensas, pelos produtos especificados em quantidade e qualidade compatíveis com o objeto da licitação solicitado pelas Secretarias, sob pena de penalidade para a empresa caso não cumpra o exigido no Edital;
- 19.5. No recebimento dos produtos e serviços, será verificado a integridade física, conferindo fisicamente os produtos, confrontando produto e quantidade tendo como referência a nota fiscal de transporte.
- 19.6. Os serviços serão considerados aceitos, após o visto pelo servidor responsável pela fiscalização e visto na nota fiscal apresentada pela prestador do serviço.
- 19.7. O objeto será recebido (art. 140, caput da Lei nº 14.133/2021).
- I - Em se tratando de obras e serviços:
- Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
 - Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;
- II - Em se tratando de compras:
- Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
 - Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 19.8. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com a Ata de Registro de Preços (art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021).
- 19.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (art. 140, § 2º da Lei nº 14.133/2021).
- 19.10. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão, conforme Decreto Municipal nº261/2022.



19.11. Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto da Ata de Registro de Preços exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado (art. 140, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

19.12. Em se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto (art. 140, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

19.13. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos (é admitida a previsão de prazo de garantia superior – a critério da Administração), da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias (art. 140, § 6º da Lei nº 14.133/2021).

20. PAGAMENTO DO OBJETO

20.1. Os pagamentos serão efetuados através de créditos em conta bancária ou boleto bancário, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente. Em até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da Nota Fiscal pelo detentor, devidamente conferida e atestada pela secretaria requisitante;

20.2. Nas notas fiscais deverão constar o número do Contrato firmado ou empenho, e ainda, atestada pelo responsável pelo recebimento, o valor total e quantidade, além das demais exigências legais;

20.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que a contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo;

20.4. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais;

20.5. Será efetuado recolhimento de todos os tributos devidos quando da realização dos pagamentos;

20.6. A partir de 01/10/2023 todos os pagamentos a serem realizados a pessoas jurídicas, de contratos vigentes ou futuros, sofrerão a retenção do imposto de renda na fonte, devendo a nota ser expedida com a observação da retenção, de acordo com as regras da Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal e Decreto Municipal nº 143/2023, sob pena de não aceitação da nota;

20.7. No pagamento serão retidas do valor da contratação todas as retenções previdenciárias, impostos e taxas fixados em Lei. Na hipótese da licitante ser optante do SIMPLES, a empresa



deverá informar através de declaração ou na Nota Fiscal a alíquota de ISSQN, INSS e o valor a ser recolhido;

20.8. Na nota fiscal é obrigatório que a CONTRATADA informe o percentual e valor de retenção do IRRF da prestação de serviços realizadas para o Município de Águas Frias –SC conforme disposto na IN RFB nº 1.234/2012, a fim de viabilizar o cumprimento do art. 1º do Decreto Municipal nº 143/2023 de 13 de junho de 2023;

20.9. Pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias DEVERÁ apresentar a declaração constante do inciso XI do ART. 4º da **IN RFB nº1234/2012 (ANEXO IV DA IN)** para que não sejam retidos os valores correspondentes ao IR e às contribuições de que trata esta Instrução Normativa;

20.10. Demais empresas imunes ou isentas deverão informar na Nota Fiscal a Lei o artigo e o inciso para não seja realizado a retenção.

20.11. No dever de pagamento pela Administração Pública Municipal, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias da Ata de Registro de Preços (art. 141, caput da Lei nº 14.133/2021):

- I - Fornecimento de bens;
- II - Locações;
- III - Prestação de serviços;
- IV - Realização de obras.

20.12. A ordem cronológica poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração Pública Municipal e ao Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC, exclusivamente nas seguintes situações (art. 141, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I - Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- II - Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto da Ata de Registro de Preços;
- III - Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto da Ata de Registro de Preços;
- IV - Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- V - Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.



20.13. A inobservância imotivada da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização (art. 141, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

20.14. A administração Pública Municipal efetuará os pagamentos em ordem cronológica, (art. 141, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

20.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento (art. 143 da Lei nº 14.133/2021).

20.16. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços (art. 145, caput da Lei nº 14.133/2021).

20.16.1. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório (art. 145, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

20.17. No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (art. 146 da Lei nº 14.133/2021).

21. PENALIDADES

21.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):

I - Dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;

II - Dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da Ata de Registro de Preços;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

21.2. Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

I-	Advertência (art. 156, § 2º).	I Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
II	Multa de 10%	Qualquer infração (art. 156, § 3º).
III	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Águas Frias, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º).	II III IV V VI VII Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º)
IV	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º)	VIII IX X XI XII Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. Para aplicação das sanções (arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021):

- I - Inciso II do item 22.1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- II - Incisos III e IV do item 22.1:



- a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- b) O licitante ou o contratado será intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
- c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
- d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
- e) A sanção prevista no inciso IV do item 23.1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal (art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021);
- f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:
 - i) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;
 - ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
 - iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

21.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021).

21.6. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal (art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021).

21.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

21.8. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).



21.9. A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

21.10. A forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos seguirá o disposto no Decreto Municipal nº124/2023 (art. 161, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

21.11. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 21.2 (art. 162 da Lei nº 14.133/2021).

21.11.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da Ata de Registro de Preços com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

21.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de Águas Frias, exigidos, cumulativamente (art. 163 da Lei nº 14.133/2021).

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

21.12.1. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato) e XII (Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013) do caput do item 21.1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. É facultado ao pregoeiro ou ao Prefeito Municipal, em qualquer fase deste processo licitatório, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.2. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos licitantes para efeitos de julgamento deste processo licitatório.

22.3. Só se iniciam e vencem os prazos referidos nesta licitação em dia de expediente no Município de Águas Frias, portanto serão prorrogados até o próximo dia útil os prazos que vencerem durante o recesso municipal.

22.4. Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital será divulgado:



- I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);
- II - Página do Município de Águas Frias (www.aguasfrias.sc.gov.br);
- III - Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021);
- IV - Plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br;
- V - Jornal diário de grande circulação local (art. 175, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

22.5. São anexos deste edital:

- I - Estudo Técnico Preliminar – ETP
- II - Termo de Referência – TR
- III – Declaração de ciência e capacidade para atendimento as exigências do termo de Referência e Edital
- IV - Declaração inexistência de impedimentos
- V – Ata de Registro de Preços
- VI - Proposta + Declaração art. 63, § 1º
- VII - Declaração art. 63, IV – PCD e reabilitado da Previdência Social
- VIII – Declaração Unificada
- IX – Aplicação dos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº123/2006

22.6. As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Município de Águas Frias, **06 de agosto de 2024**

LUIZ JOSÉ DAGA
Prefeito Municipal

DAMDARA LUANA SCHUCK
OAB/SC 42.682



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

<p align="center">ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 42/2024 Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XX c/c art. 18, §§ 1º e 2º</p>	
<p align="center">ELEMENTOS</p>	
<p>1.</p>	<p>Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.</p> <p>Tendo em vista que o município de Águas Frias possui muitos veículos e equipamentos rodoviários, como veículos leves, vans, ambulâncias, Caminhões e maquinas do tipo escavadeira hidráulica, trator de esteira, retroescavadeira trator de pneus, maquinas agrícolas e rolo compactador, sendo que estes frequentemente necessitam da realização de pequenos reparos, revisões e/ou manutenções.</p> <p>Como estes veículos são de suma importância para qualidade e continuidade da prestação dos serviços à população, a contratação de mão de obra especializada se faz necessária para realização destes reparos e manutenções necessárias.</p> <p>O município de Águas Frias não possui servidores para desempenhar as funções de mecânico e/ou eletricista, sendo que estes reparos são necessários de forma ocasional, sendo inviável a contratação de servidores para o quadro funcional próprio.</p>
<p>2.</p>	<p>Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração</p>



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

O Município não possui Plano de Contratação anual

3. **Requisitos da contratação**

Para a solução desta demanda é necessário que o futuro prestador de serviços possua qualificação e atenda as exigências legais.

- 1 - Substituir os funcionários com antecedência a fim de evitar possíveis danos aos serviços executados.
- 2 - Responsabilizar-se pelo transporte e alimentação dos profissionais caso necessário.
- 3 - Fica a cargo da contratada todo equipamento necessário para o desempenho dos serviços solicitados.
- 4 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5 - Executar os serviços nas condições e prazos estabelecidos mediante determinação das Secretarias do Município de Águas Frias.
- 6 - Todas as despesas relativas à mão de obra, ferramentas, manutenção de ferramentas e equipamentos, bem como despesas como taxas e encargos de qualquer natureza e quaisquer despesas incidentes correrão por conta exclusiva da Contratada, com exceção das despesas com peças, lubrificantes e acessórios a serem trocados na manutenção dos veículos que correrão à conta do Contratante, durante a vigência do Contrato.
- 7 - Prezar pela economia dos materiais utilizados pela contratada durante a execução dos serviços.
- 8 - Prestar esclarecimento a contratante sempre que for solicitado.
- 9 – Os profissionais fornecidos pela contratada deverão possuir todos os treinamentos de normas regulamentadoras necessários para realização dos serviços contratados.
- 10 – A contratada deverá possuir as ferramentas necessárias para o bom desempenho do objeto deste estudo.
- 11- Os serviços deverão ser executados exclusivamente nas dependências da mecânica municipal, anexa à garagem municipal de Águas Frias/SC. Caso não seja possível realizar o serviço, a contratada poderá transportar o veículo/máquina até duas dependências por meio de caminhão prancha ou guincho.
- 12 - Caso a contratada para prestação do serviço tenha sua sede localizada dentro do território do município de Águas Frias, o serviço poderá ser realizado nas dependências da mesma.
- 13 - Comprovar estar sediada em um raio de **até 30 km** do Centro administrativo do município de Águas Frias/SC. Esta exigência é requerida com a finalidade de proporcionar atendimento rápido e fácil à frota de veículos, para a realização das manutenções preventivas e corretivas, bem como, evitar o gasto desnecessário do dinheiro público com custos de locomoção dos servidores (combustíveis, pessoal e desgaste de veículos) para acompanhamento e fiscalização dos serviços. Atendendo assim ao princípio constitucional da Eficiência. Importante destacar, que alguns reparos sairiam mais baratos do que a próprio custo de locomoção dos servidores com veículos oficiais até oficinas mecânicas instaladas a uma distância maior do que a requerida, e ainda, considerando os trâmites administrativos no tocante ao deslocamento de funcionários públicos para fiscalização dos serviços a serem realizados, teríamos de fato a perda da eficiência na contratação ora

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

	<p>almejada. 14 - A contratada tem até 6 horas contadas a partir da emissão da ordem de serviço para fornecimento do orçamento com os códigos genuínos das peças. 15 - Os serviços deverão ser iniciados em até 03 (três) horas contadas da ordem de fornecimento emitida pela Secretaria requisitante.</p>
<p>4.</p>	<p>Justificativa para delimitação geográfica.</p> <p>JUSTIFICATIVA PARA LIMITAÇÃO GEOGRÁFICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS</p> <p>Considerando que o município de Águas Frias busca contratar serviços de manutenção corretiva e preventiva e fornecimento de peças (mecânicas, elétricas, lubrificantes, acessórios e funilaria), no que tange aos veículos (Veículos Leves, Médios e Pesados), máquinas e equipamentos como referência de preços, via Tabela de preços do Sistema TRAZ VALOR.</p> <p>Considerando que o Art. 40 da Lei 14.133/2021, em seu parágrafo 4º, estabelece que desde que devidamente fundamentada em estudo técnico preliminar, a Administração poderá exigir que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades.</p> <p>Considerando quando em razão de deslocamento para manutenção ou assistência técnica de veículo, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC orienta, nas diretrizes do Acórdão n. 520/2015 do TCU.</p> <p>Considerando em decisão no processo @REC 23/80019031, da Prefeitura Municipal de São Joaquim/SC, que analisou possíveis irregularidades no Pregão Presencial 12/2023 que objetivou a contratação da prestação de serviço de manutenção mecânica e elétrica, com fornecimento de peças, de componentes e correlatos para máquinas e para veículos pesados da frota municipal.</p> <p>Considerando que recentemente, ao julgar processo de contratação de um município, o Tribunal, reforçou seu entendimento de que “[...] a previsão, em procedimento licitatório, de regra de limitação geográfica é admitida, desde que acompanhada de justificativas que evidenciem sua vantajosidade para o certame, afastado o potencial de restringir o caráter competitivo da licitação, de afetar a economicidade do contrato e de ferir o princípio da isonomia, na forma do art. 9º da Lei (federal) n. 14.133/2021.”</p> <p>Considerando que a restrição de distância de localização dos prestadores de serviços seja de 30 quilômetros até a sede administrativa municipal de Águas Frias/SC, imposta para atender a contento a Administração Pública, é medida que vai ao encontro do binômio custo-benefício, que, por sua vez, se coaduna com o princípio da economicidade.</p> <p>Considerando que o município de Águas Frias possui os municípios limítrofes de Pinhalzinho, União do Oeste, Coronel Freitas e Nova Erechim, e que no raio de 30 km de distância temos os municípios de Nova Itaberaba, Modelo, Sul Brasil, Saudades e Jardinópolis. Por se tratar de contratação de serviços mecânicos comuns, em todas as cidades citadas possui muitos prestadores de serviços, desta forma, a delimitação de distância de 30 quilômetros não afasta o caráter competitivo da contratação, possibilitando a competição entre os fornecedores para atendimento a demanda do município.</p>



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

Município

Localizado no Oeste de Santa Catarina, **Águas Frias** é um município jovem, emancipado em 12 de dezembro de 1991. Seu nome vem dá por uma vertente de água gelada no meio da mata na região, que também tem uma fonte de águas sulfurosas, que recebeu o nome de Córrego Águas Frias, cujo curso atravessa a área urbana da cidade.

A ocupação das terras aguasfrienenses teve início na década de 1950 por italianos e seus descendentes vindos do Rio Grande do Sul, o que fez com que até hoje a maior parte da população tenha origem italiana , com um significativo números de descendentes de alemães, poloneses, portugueses, negros e pardos.

INFORMAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO:

Coordenadas – 26° 52' 48" S 52° 51' 32" W

Macrorregião – Oeste

Microrregião – Chapecó

Municípios limítrofes – Pinhalzinho, União do Oeste, Coronel Freitas, Nova Erechim

Distância até a capital estadual – 578 km

Fundação – 12 de dezembro de 1991

Informações Municipais
Prefeito(a): LUIZ JOSE DAGA
Vice Prefeito(a): DANILO DAGA
Microrregião: Microrregião do Oeste de Santa Catarina
Aniversário: 12/12
Habitantes: 2839 (IBGE/2022)
Eleitores: 2479 (TSE/2019)
PIB: R\$126,8 milhões (IBGE/2020)

Informações Municipais

Bandeira

Desta forma, entendemos que a limitação geográfica, mostra-se razoável e é justificada pela especificidade do certame, como vem sendo adotada por outros municípios, uma vez que eventuais gastos no deslocamento dos veículos da Prefeitura para a execução de serviços mecânicos, especialmente os mais básicos e comuns, não raro urgentes, em cidades distantes, comprometem a economicidade e eficiência dos contratos e demais princípios que norteiam o processo licitatório.

Entretanto, analisa-se:

Considerando o salário dos motoristas municipais 200h, seja aproximadamente o montante de R\$ 2.732,40 (salário motorista em 2024). Com custo por hora de R\$ 13,66 por servidor municipal.

Ainda, vislumbrando a baixa quilometragem viária entre os municípios de Águas Frias e municípios limítrofes, seguem pesquisas de tempo e distâncias para

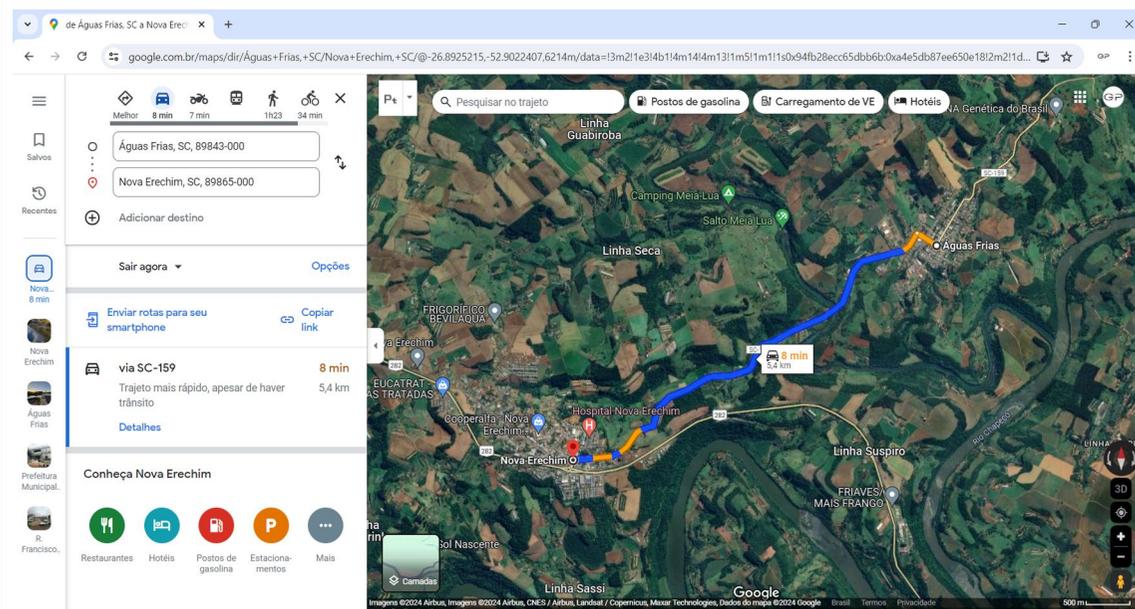


Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

deslocamentos para outras localidades:

Nova Erechim: Aproximadamente 10 minutos, 5 quilômetros, rodovia pavimentada.

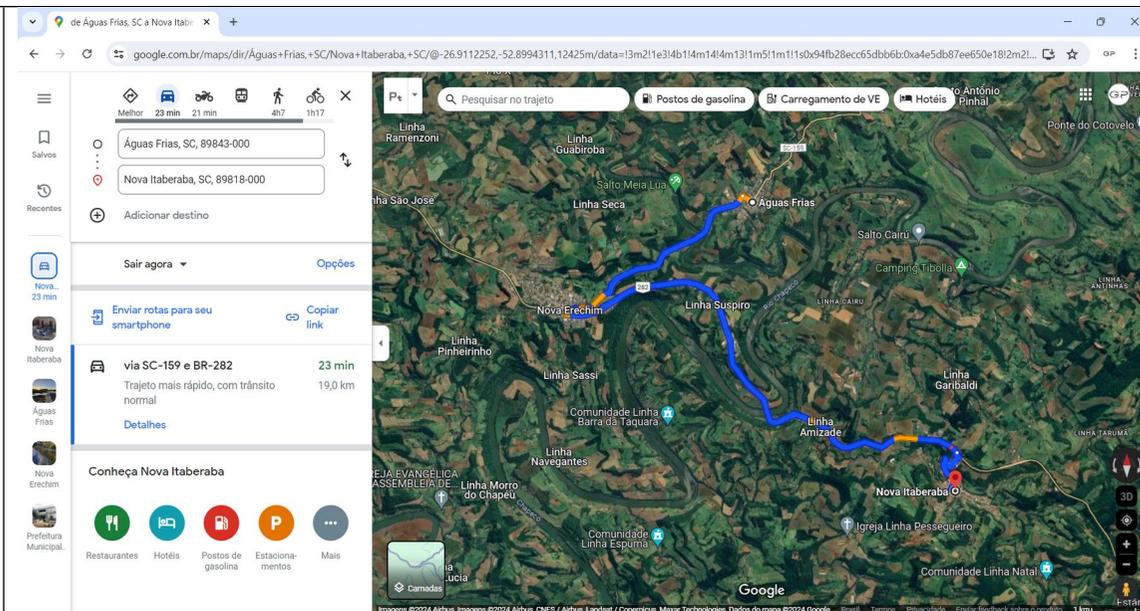


Nova Itaberaba: Aproximadamente 25 minutos, 19 quilômetros, rodovia pavimentada.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

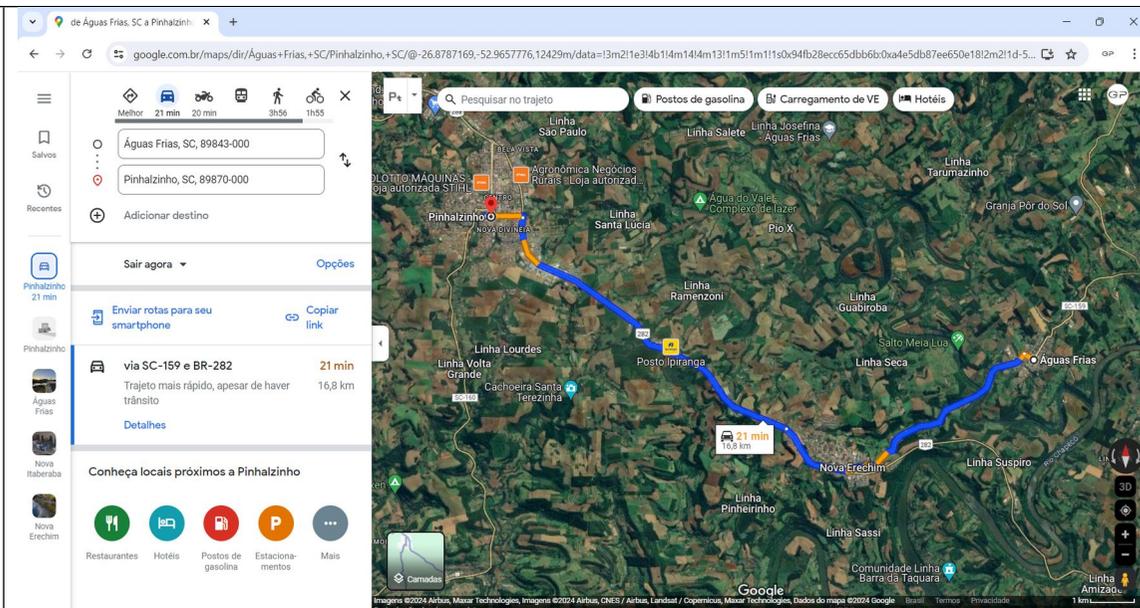


Pinhalzinho: Aproximadamente 20 minutos, 17 quilômetros, rodovia pavimentada.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

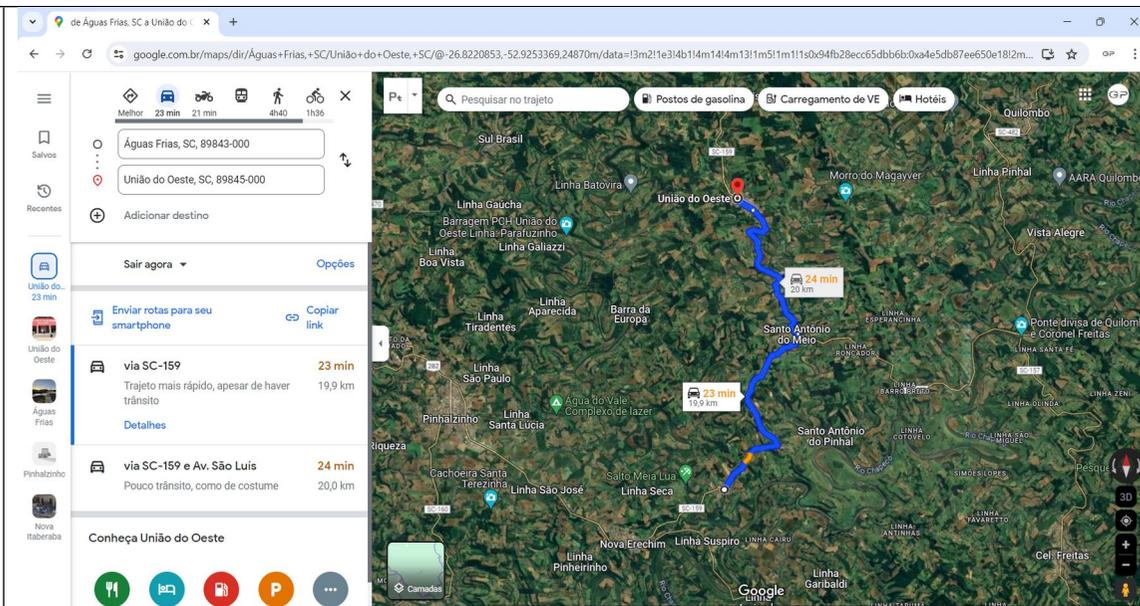


União do Oeste: Aproximadamente 25 minutos, 20 quilômetros, rodovia pavimentada.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019



Coronel Freitas: Aproximadamente 40 minutos, 32 quilômetros, rodovia pavimentada e trecho de estrada de chão.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

Google Maps interface showing a route from Águas Frias, SC (89843-000) to Coronel Freitas, SC (89840-000). The route is highlighted in blue and passes through several small towns. The interface includes search bars, travel mode options, and a list of route alternatives.

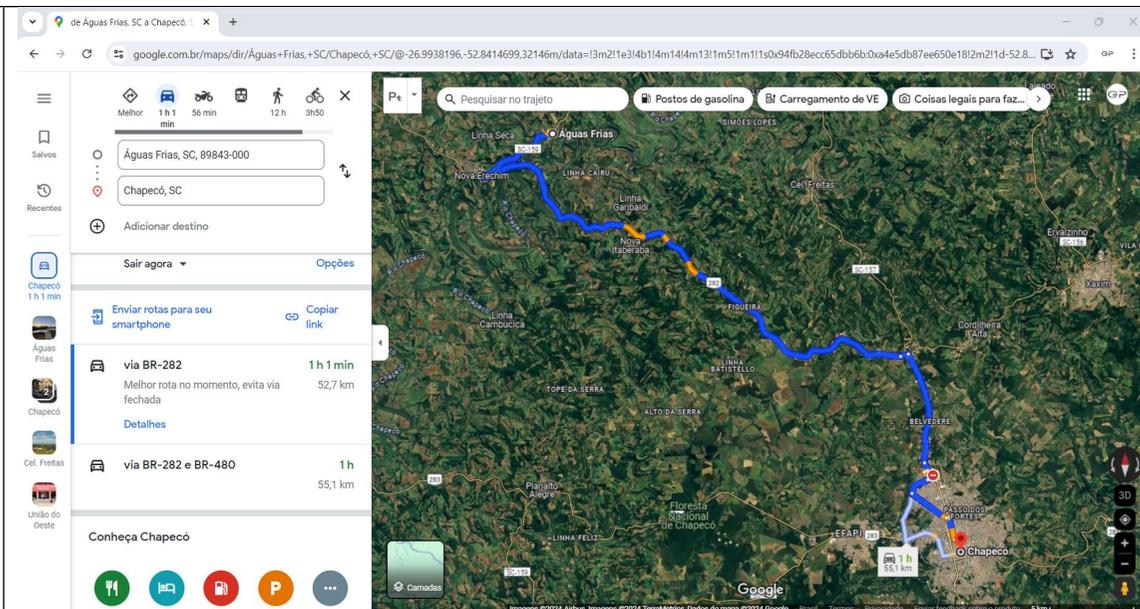
Route	Time	Distance
via SC-159	39 min	26,5 km
via SC-159 e SC-482	40 min	32,0 km
via BR-282 e SC-157	53 min	51,6 km

Chapecó: Aproximadamente 1 hora, 55 quilômetros, rodovia pavimentada:



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

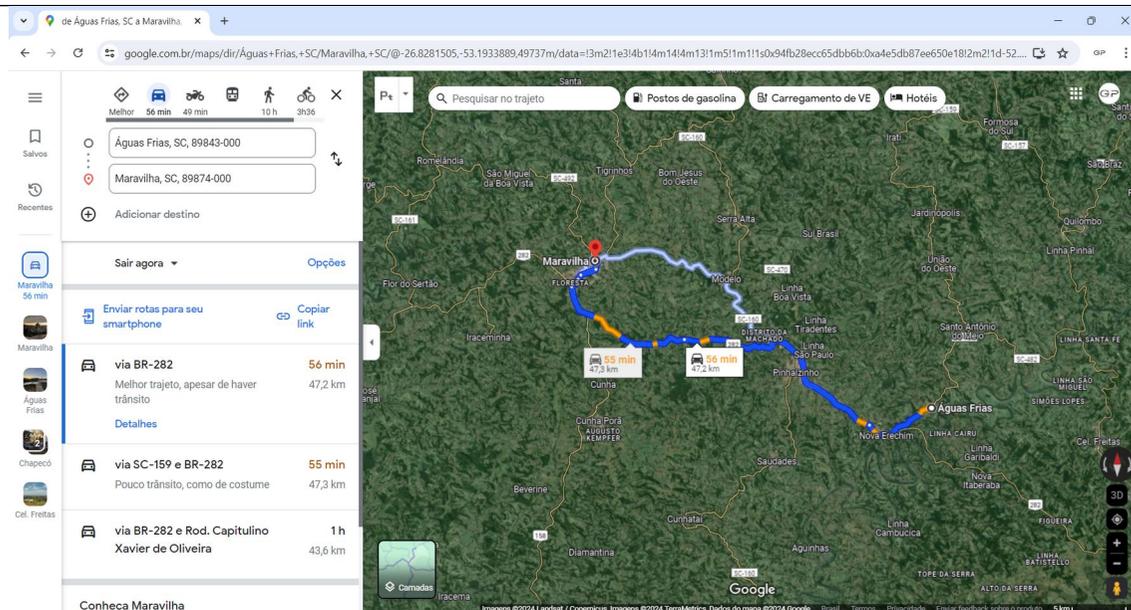


Maravilha: Aproximadamente 55 minutos, 47 quilômetros, rodovia pavimentada:



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019



A partir da demonstração de distância dos principais municípios situados ao redor de Águas Frias/SC. Podemos considerar que acima de 30km de distância, como exemplo, para deslocamento para o município de Chapecó e Maravilha, demandam de aproximadamente 2 horas de deslocamento, entre ida e volta até o município de Águas Frias/SC.

Mesmo que o modelo de contratação para prestação dos serviços mecânicos seja enfatizado que as manutenções deverão ser realizadas diretamente na garagem municipal, dependendo da viabilidade técnica, o veículo municipal necessitará se deslocar até a oficina contratada para realização dos serviços.

Portanto, a partir dos dados elencados, no caso de deslocamento para o município de Chapecó ou Maravilha, um servidor leva em média 2 horas entre ida e volta. Ainda dependendo da localização da oficina mecânica, pois há localizações com possibilidade de trânsito intenso e outros fatores que impactam diretamente no

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

tempo de deslocamento até o destino.

A metodologia apresentada para este estudo, sugere que o motorista com o menor salário seja o responsável pelos deslocamentos e aguarde a resolução do assunto, ou realize visitas para acompanhamento do processo de manutenção do veículo. Este caso merece destaque e evidencia que os custos aumentam e sofrem variação à medida que outros servidores necessitem efetuar esse deslocamento e bem como esperar a resolutividade necessária. Outro ponto de destaque é a possibilidade de algum servidor que não possui substituto, necessite efetuar este deslocamento, dificultando o desenvolvimento dos trabalhos.

No deslocamento para localidades com distância de mais de 30 km, o funcionário público fica impedido de retornar imediatamente aos trabalhos públicos, sendo importante acrescentar que durante o momento em que o servidor não está disponível para o trabalho, muito possivelmente outro servidor tenha que o substituí-lo, ou, até mesmo, a demanda tenha que ser deixada de lado até que o mesmo retorne. Ou seja, o custo enquanto o servidor estiver fora do seu posto de trabalho e outro servidor esteja realizando suas demandas, custando ao mínimo o dobro do valor, que no caso dos motoristas é R\$ 27,32 por hora.

Considerando o custo da gasolina seja R\$ 5,92 por litro (preço médio fornecido pela Petrobras em Santa Catarina, <https://precos.petrobras.com.br/web/precos-dos-combustiveis/w/gasolina/sc>), no caso de aproximadamente 50 km de distância, como as cidades de Maravilha e Chapecó, o percurso total percorrido será de no mínimo 100 quilômetros, um veículo que possua o consumo de 10KM/L, temos o custo mínimo de R\$ 59,20 para o deslocamento.

Outro ponto de importância para os casos de mais de 30 Km de distância, como nos casos de deslocamento para os municípios de Chapecó e Maravilha, devido ao tempo mínimo de deslocamento de ida e volta de 2 horas, o servidor que irá realizar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, necessitará se alimentar durante o horário de almoço, com o custo mínimo de 35 reais por refeição.

Mesmo que seja considerado somente o acompanhamento dos serviços realizado pelos fiscais de contrato. Caso o veículo precise ser reparado no local da oficina contratada e que seja necessário mais de um dia para realização dos serviços, há necessidade de o fiscal realizar diversas vezes o percurso para acompanhamento da execução dos reparos. Desta forma, a contratação de prestadores de serviços mecânicos localizados em distâncias maiores de 30 Km do centro administrativo municipal de Águas Frias, torna antieconômica e de baixa eficiência conforme as informações elencadas.

5. Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

A partir de uma análise da última contratação destes serviços pelo município e pelas quantidades consumidas ao final do contrato. Verificou-se que estes serviços



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

são utilizados durante todo o decorrer do ano, sendo assim seria importante realizar uma licitação para registro de preços, visando futuros e eventuais serviços a serem necessários, sendo eles:

Lot e	Item	Unid	Descrição	Percentual Mínimo Desconto	Valor Total Lote
1	1	R\$	Serviço de manutenção da parte do sistema elétrico de automóveis, caminhões, ônibus, vans, ambulâncias e toda a frota de máquinas pesadas.	17,31%	R\$ 50.000,00
	2	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção elétrica dos automóveis, caminhões, ônibus, vans, ambulâncias e toda a frota de máquinas pesadas.	5,00%	R\$ 100.000,00
2	1	R\$	Serviço de manutenção de ar condicionado em veículos e máquinas.	19,51%	R\$ 40.000,00
	2	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes, gases e demais itens necessários à manutenção de ar condicionado dos automóveis, caminhões, ônibus, vans, ambulâncias e toda a frota de máquinas pesadas	5,00%	R\$ 75.000,00
3	1	R\$	Serviços mecânicos para conserto de veículo tipo Van e Ambulâncias movidas a Diesel	32,95%	R\$ 60.000,00
	2	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de tipo Van e Ambulâncias movidas a Diesel.	5,00%	R\$ 80.000,00



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

4	1	R\$	Serviços mecânicos para conserto de veículo leves	45,29%	R\$ 60.000,00
	2	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de tipo veículos leves	5,00%	R\$ 125.000,00
5	1	R\$	Serviços mecânicos para reparos e consertos em funilaria e pintura	23,51%	R\$ 40.000,00
	2	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de funilaria e pintura	5,00%	R\$ 40.000,00
6	1	R\$	Serviços Mecânicos para conserto de caminhões	52,40%	R\$ 150.000,00
	2	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de caminhões	5,00%	R\$ 280.000,00
7	1	R\$	Serviço de mecânicos para máquinas pesadas (linha amarela)	45,87%	R\$ 150.000,00
	2	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de maquinas pesadas	5,00%	R\$ 500.000,00
8	1	R\$	Serviços mecânicos para ônibus e Micro-ônibus	57,37%	R\$ 50.000,00
	2	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de tipo ônibus e Micro-ônibus	5,00%	R\$ 90.000,00
9	1	R\$	Serviços mecânicos para conserto de Implementos Agrícolas	41,63%	R\$ 15.000,00

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

	2	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de implementos agrícolas	5,00%	R\$ 25.000,00
--	---	-----	---	-------	---------------

6. Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

A partir da análise do problema verificou-se a existência de 02 possíveis soluções:

01- Contratação de empresa terceirizada para a realização dos serviços;

02- Concurso Público para provimento do cargo nas áreas de mecânicos de veículos leves, mecânico de caminhões, mecânico de máquinas pesadas e eletricitas

Nas duas possíveis soluções levantadas precisamos levar em consideração o custo do serviço, sendo que o município não possui estrutura para formação de servidores públicos nas áreas específicas de manutenção de veículos ou para realização de concurso público seria necessário a criação dos cargos, se tornando inviável ao município a criação de uma lei neste aspecto. Mesmo que o município possua mecânica para realização de pequenos serviços, a mesma não possui capacidade para atender a todas as demandas que surgem de manutenção dos veículos.

Sendo assim, a opção 01 demonstra ser a mais viável, pois a contratação de uma empresa especializada garante que os profissionais contratados por ela tenham todos os requisitos necessários, garantindo efetivamente a boa execução dos serviços.

Para o bom desenvolvimento da prestação de serviços à população, é necessária a contratação de empresa para prestação dos serviços de manutenção dos veículos e equipamentos, garantindo a continuidade de todos os serviços públicos que necessitam destes equipamentos.

7. Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

A partir de contratações antigas realizadas neste Município, optou-se por realizar precipitadamente orçamentos em empresas conhecidas na região e no diário oficial dos municípios de Santa Catarina, para buscar os preços médios e poder realizar um estudo de estimativa de gastos.

Lo te	Item	Qtde	Unid	Objeto	Cot 1	Cot 2	Cot 3	Cot 4	Cot 5	Cot 6	Média
-------	------	------	------	--------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
 Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02

Rua Sete de Setembro, 512 – Centro

Águas Frias – SC, CEP 89.843-000

Fone/Fax (49) 3332-0019

	1	1	R\$ 50.000,00	R\$	Serviço de manutenção da parte do sistema elétrico de automóveis, caminhões, ônibus, vans, ambulâncias e toda a frota de máquinas pesadas.	R\$ 99,00	R\$ 95,00	R\$ 115,00	R\$ 110,00			R\$ 104,75
		2	R\$ 100.000,00	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção elétrica dos automóveis, caminhões, ônibus, vans, ambulâncias e toda a frota de máquinas pesadas.	* Desconto Mínimo de 5%.						
	2	1	R\$ 40.000,00	R\$	Serviço de manutenção de ar condicionado em veículos e máquinas.	R\$ 122,49	R\$ 125,00	R\$ 115,00	R\$ 110,00			R\$ 118,12
		2	R\$ 75.000,00	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes, gases e demais itens necessários à manutenção de ar condicionado dos automóveis, caminhões, ônibus, vans, ambulâncias e toda a frota de máquinas pesadas	* Desconto Mínimo de 5%.						
	3	1	R\$ 60.000,00	R\$	Serviços mecânicos para conserto de veículo tipo Van e Ambulâncias movidas a Diesel	R\$ 108,00	R\$ 99,00	R\$ 100,00	R\$ 95,00	R\$ 90,00		R\$ 98,40
		2	R\$ 80.000,00	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de tipo	* Desconto Mínimo de 5%.						



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
 Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02

Rua Sete de Setembro, 512 – Centro

Águas Frias – SC, CEP 89.843-000

Fone/Fax (49) 3332-0019

				Van e Ambulâncias movidas a Diesel.								
4	1	R\$ 60.000,00	R\$	Serviços mecânicos para conserto de veículo leves	R\$ 33,90	R\$ 100,00	R\$ 80,00	R\$ 83,00	R\$ 95,00	R\$ 90,00	R\$ 80,31	
	2	R\$ 125.000,00	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de tipo veículos leves	* Desconto Mínimo de 5%.							
5	1	R\$ 40.000,00	R\$	Serviços mecânicos para reparos e consertos em funilaria e pintura	R\$ 104,00	R\$ 115,00	R\$ 120,00	R\$ 110,00			R\$ 112,25	
	2	R\$ 40.000,00	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de funilaria e pintura	* Desconto Mínimo de 5%.							
6	1	R\$ 150.000,00	R\$	Serviços Mecânicos para conserto de caminhões	R\$ 151,90	R\$ 114,00	R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 115,00		R\$ 122,18	
	2	R\$ 280.000,00	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de caminhões	* Desconto Mínimo de 5%.							
7	1	R\$ 150.000,00	R\$	Serviço de mecânicos para máquinas pesadas (linha amarela)	R\$ 174,90	R\$ 158,00	R\$ 100,00	R\$ 111,67	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 140,76	
	2	R\$ 500.000,00	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de máquinas pesadas	* Desconto Mínimo de 5%.							
8	1	R\$ 50.000,00	R\$	Serviços mecânicos para ônibus e	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$		R\$	



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
 Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02

Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
 Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
 Fone/Fax (49) 3332-0019

9	2	R\$ 90.000,00	R\$	Micro-ônibus	87,30	105,00	109,83	130,00	115,00	109,42
	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de tipo ônibus e Micro-ônibus				** Desconto Mínimo de 5%.					
	1	R\$ 15.000,00	R\$	Serviços mecânicos para conserto de Implementos Agrícolas	R\$ 35,00	R\$ 112,00	R\$ 110,00			R\$ 85,66
2	R\$ 25.000,00	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de implementos agrícolas	* Desconto Mínimo de 5%.						

Serviço	COD ref. Tabela	Preço Ref. Tabela R\$	Preço Cotado R\$	Porcentagem Mínima Desconto
Serviço Hora Homem Veículos Leves	CDI280825	146,75	80,31	45,29%
Serviço Hora Homem Veículos Vans e Ambulâncias	CDI280825	146,75	98,4	32,95%
Serviço Hora Homem Ônibus e Micro-ônibus	CDI280820	256,67	109,42	57,37%
Serviço Hora Homem Caminhões	CDI280820	256,67	122,18	52,40%
Serviço Hora Homem Máquinas Pesadas	CDI280826	260	140,76	45,87%
Serviço Hora Homem Elétrica em Geral	CDI280820	126,67	104,75	17,31%
Serviço Hora Homem Funilaria	CDI280825	146,75	112,25	23,51%

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

	Serviço Hora Homem Implementos Agrícolas	CDI280825	146,75	85,66	41,63%
	Serviço Hora Homem Ar Condicionado	CDI280825	146,75	118,12	19,51%

8. Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso

A melhor solução encontrada até o momento é a contratação de empresa especializada para execução dos serviços e fornecimento de peças necessário para manutenções e reparos nos veículos e equipamentos. Os serviços deverão ser executados diretamente na garagem municipal. Conforme os requisitos descritos no tópico 03 deste Estudo, algumas especialidades devem ser solicitadas para a efetivação da contratação, como exemplo que os profissionais fornecidos pela contratada deverão possuir todos os treinamentos de normas regulamentadoras necessários para realização dos serviços contratados, a contratada deverá possuir as ferramentas necessárias para o bom desempenho do objeto deste estudo e que possua ao menos dois profissionais para atender os serviços de pedreiro, ou seja, podendo atuar em condições de duas frentes de trabalho.

Em relação a manutenção e assistência técnica não são pertinentes ao processo em tela.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

O processo licitatório em tela necessita ser realizado através de lotes por tipo de equipamento/veículo, pois neste processo há a compra de peças e fornecimento de serviços de reparo/manutenção dos veículos e máquinas em cada lote. A separação dos itens peças e serviços tornaria o processo de execução ineficiente, pois o responsável pela realização dos serviços iria responsabilizar o fornecedor da peça por qualquer defeito apresentado e o fornecedor da peça responsabilizaria a contratada pela execução dos serviços de instalação por qualquer problema apresentado nas peças fornecidas.

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

	<p>Mesmo que o processo licitatório seja por lote caracterizado por tipo de veículo. É possível que seja fornecido por licitantes diferentes, visto que os lotes não possuem especificidade para que seja necessário, um único contratado.</p>
10.	<p>Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. Pretende-se com a licitação, oferecer a todas as secretarias do município a possibilidade de realização de manutenção e reparos nos veículos e equipamentos, garantindo segurança e conforto para todos os munícipes que utilizam os serviços fornecidos por estes equipamentos públicos e agilidade no atendimento das necessidades. Sendo a melhor alternativa para resolução das necessidades, garantindo agilidade e qualidade na execução dos serviços ao menor custo.</p>
11.	<p>Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual. Não será necessário nenhum tipo de capacitação para o setor de fiscalização. As secretarias requisitantes através dos fiscais de contrato irão realizar a fiscalização do contrato, dos serviços realizados e das peças fornecidas</p>
12.	<p>Contratações correlatas e/ou interdependentes Não há contratações correlatas</p>
13.	<p>Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. O serviço proposto não gera possíveis impactos ambientais e por isso não é aplicável ao caso. Os lixos gerados serão destinados a coleta seletiva.</p>
14.	<p>Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina A partir do estudo em questão foi possível verificar a problemática existente, qual seja: a necessidade de contratação de serviços para manutenção e reparos dos veículos e equipamentos do município de Águas Frias, com fornecimento de peças. A solução mais viável encontrada foi a elaboração de licitação no formato menor preço por item, objetivando selecionar a proposta mais vantajosa ao município, sendo que o (s) fornecedor(es) deverá atender as exigências de segurança, ofertar serviços de qualidade conforme regulamentação.</p>



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

Águas Frias - SC, 03 de julho de 2024

Jandir Cristolfi Panis
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Valdoir Francisco Boaro
Secretário Municipal de Infraestrutura

Lirdes Galão
Secretária Municipal de Saúde

Jocinéia Pandolfo Gonçalves da Silva
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

João Carlos Peres
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Andressa Kaline Santos Pires Fontana
Secretária de Assistência Social

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº54/2024

<p>1 - Secretaria/Órgão</p>	<p>Município de Águas Frias/SC Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo Gabinete do Prefeito Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Fundo Municipal de Saúde de Águas Frias Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente Secretaria Municipal de Infraestrutura Secretaria Municipal de Assistência Social</p>
<p>2 - Descrição do Objeto</p>	<p>Contratação de serviços de manutenção corretiva e preventiva e fornecimento de peças (mecânicas, elétricas, lubrificantes, acessórios e funilaria), no que tange aos veículos (Veículos Leves, Médios e Pesados), máquinas e equipamentos como referência de preços, via Tabela de preços do Sistema TRAZ VALOR.</p>



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

Lote	Item	Quant.	Unid.	Descrição	Percentual Mínimo Desconto	Quant. Mínima
1	1	R\$ 50.000,00	R\$	Serviço de manutenção da parte do sistema elétrico de automóveis, caminhões, ônibus, vans, ambulâncias e toda a frota de máquinas pesadas.	17,31%	R\$ 1.000,00
	2	R\$ 100.000,00	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção elétrica dos automóveis, caminhões, ônibus, vans, ambulâncias e toda a frota de máquinas pesadas.	5,00%	R\$ 1.000,00
2	1	R\$ 40.000,00	R\$	Serviço de manutenção de ar condicionado em veículos e máquinas.	19,51%	R\$ 1.000,00
	2	R\$ 75.000,00	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes, gases e demais itens necessários à manutenção de ar condicionado dos automóveis, caminhões, ônibus, vans, ambulâncias e toda a frota de máquinas pesadas	5,00%	R\$ 1.000,00
3	1	R\$ 60.000,00	R\$	Serviços mecânicos para conserto de veículo tipo Van e Ambulâncias movidas a Diesel	32,95%	R\$ 1.000,00
	2	R\$	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à	5,00%	R\$



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
 Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
 Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
 Fone/Fax (49) 3332-0019

		80.000,00		manutenção de tipo Van e Ambulâncias movidas a Diesel.		1.000,00
4	1	R\$ 60.000,00	R\$	Serviços mecânicos para conserto de veículo leves	45,29%	R\$ 1.000,00
	2	R\$ 125.000,00	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de tipo veículos leves	5,00%	R\$ 1.000,00
5	1	R\$ 40.000,00	R\$	Serviços mecânicos para reparos e consertos em funilaria e pintura	23,51%	R\$ 1.000,00
	2	R\$ 40.000,00	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de funilaria e pintura	5,00%	R\$ 1.000,00
6	1	R\$ 150.000,00	R\$	Serviços Mecânicos para conserto de caminhões	52,40%	R\$ 1.000,00
	2	R\$ 280.000,00	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de caminhões	5,00%	R\$ 1.000,00
7	1	R\$ 150.000,00	R\$	Serviço de mecânicos para máquinas pesadas (linha amarela)	45,87%	R\$ 1.000,00
	2	R\$	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à	5,00%	R\$



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
 Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
 Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
 Fone/Fax (49) 3332-0019

		500.000,00		manutenção de maquinas pesadas		1.000,00
8	1	R\$ 50.000,00	R\$	Serviços mecânicos para ônibus e Micro-ônibus	57,37%	R\$ 1.000,00
	2	R\$ 90.000,00	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de tipo ônibus e Micro-ônibus	5,00%	R\$ 1.000,00
9	1	R\$ 15.000,00	R\$	Serviços mecânicos para conserto de Implementos Agrícolas	41,63%	R\$ 1.000,00
	2	R\$ 25.000,00	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de implementos agrícolas	5,00%	R\$ 1.000,00
3 - Modalidade de Licitação			A Contratação dar-se-á pela modalidade licitatória denominada PREGÃO ELETRONICO - REGISTRO DE PREÇOS.			
4 - Estimativa de Valor			R\$ 1.930.000,00 (um milhão, novecentos e trinta mil reais)			
5 - Dotação Orçamentária						
Despesa	Recurso	Projeto/Atividade		Natureza da Despesa		
800	150000	2-3 Manutenção das Atividades da Secretaria		339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos		
799	150000	2-3 Manutenção das Atividades da Secretaria		339030390000- Material para Veículos		



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02

Rua Sete de Setembro, 512 – Centro

Águas Frias – SC, CEP 89.843-000

Fone/Fax (49) 3332-0019

718	150000	2-2 Manutenção da estrutura do Gabinete do Prefeito	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos
717	150000	2-2 Manutenção da estrutura do Gabinete do Prefeito	339030390000- Material para Veículos
1140	150000	2-38 Manutenção do Conselho Tutelar	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos
861	150000	2-38 Manutenção do Conselho Tutelar	339030390000- Material para Veículos
938	150000	2-26 Manutenção das Atividades da Secretaria	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos
1112	150000	2-26 Manutenção das Atividades da Secretaria	339030390000- Material para Veículos
832	150000	2-12 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos
831	150000	2-12 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	339030390000- Material para Veículos
716	150000	2-9 – Manutenção do Transporte Escolar	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos
612	150000	2-9 – Manutenção do Transporte Escolar	339030390000- Material para Veículos
530	150000	2-9 – Manutenção do Transporte Escolar	339030010000 – Combustíveis e Lubrificantes Automotivos
750	150000	2-32- Manutenção das Atividades da Secretaria	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

813	150000	2-32- Manutenção das Atividades da Secretaria	339030390000- Material para Veículos
652	150000	2-35 - Manutenção das Atividades do Departamento	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos
682	150000	2-35 - Manutenção das Atividades do Departamento	339030390000- Material para Veículos
718	150000	2-23 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos
717	150000	2-23 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública	339030390000- Material para Veículos
6 - Vigência	A vigência da referida licitação será de 12 meses após a assinatura do contrato.		
Prorrogação	O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.		
Estudo Técnico Preliminar	Relacionado ao Estudo Técnico Preliminar em anexo a este termo de referência.		
7 - Justificativa	<p>A presente licitação justifica-se pela necessidade de Registro de preços, para futuras e eventuais prestações de serviços de manutenção corretiva e preventiva com fornecimento de peças (peças mecânicas, elétricas, lubrificantes, acessórios e funilaria) no que tange aos veículos automotivos (Veículos Leves, Médios e Pesados), máquinas e equipamentos como referência de preços, via Tabela de preços do Sistema TRAZ VALOR - Referência de fornecimento de peças primeira linha de montagem.</p> <p>A contratação se faz necessária pela necessidade de manutenções corretiva e preventiva nos veículos e equipamentos do município e garantindo a continuidade dos serviços públicos de suma importância para o bem estar social e impactando na qualidade da prestação de atendimento aos anseios da população.</p>		

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

8 - Descrição da solução

Contratação de prestações de serviços de manutenção corretiva e preventiva com fornecimento de peças (peças mecânicas, elétricas, lubrificantes, acessórios e funilaria) no que tange aos veículos automotivos (Veículos Leves, Médios e Pesados), máquinas e equipamentos como referência de preços, via Tabela de preços do Sistema TRAZ VALOR – Referência de fornecimento de peças primeira linha de montagem. Para os casos das peças que não possuem referência primeira linha de montagem, poderá ser utilizado como referência peças genuínas fornecida pela tabela TRAZVALOR.

A contratada será responsável pela execução do diagnóstico necessário para manutenção do veículo, e fornecimento de orçamento para a administração municipal diretamente pelo Tabela TRAZVALOR. A administração municipal irá realizar o empenho conforme o orçamento realizado pela Tabela TRAZVALOR que foi fornecido pela contratada (A administração municipal se reserva a conferir o valor e o percentual de desconto concedido). É de total responsabilidade a cotação pela contratada diretamente na tabela TRAZVALOR. A administração municipal expedirá a autorização de execução do serviço, para então a contratada realizar a manutenção do veículo. Dentre as suas funcionalidades, a tabela de preços TRAZ VALOR tem o diferencial da impossibilidade do fornecedor (a empresa contratada) alterar os preços das peças/acessórios ou serviços. Dos valores trazidos pelo Sistema é que recairá o desconto proposto pela empresa que vai participar da licitação conforme Ata de Registro de Preços, de onde serão feitas as contratações. Este, precisa estar ciente de que, seus descontos, incidirão sobre os preços trazidos pelo sistema.

Cabe à Detentora da A.R.P. aceitar a execução dos serviços e o fornecimento das peças/acessórios ao preço contido no orçamento originado do sistema. Nada impede que a Detentora da Ata ofereça preço menor do que o foi informado pelo Sistema TRAZVALOR.

Contudo, havendo impossibilidade da Detentora entregar uma peça pelo valor informado, a mesma deverá manifestar ao Sistema TRAZVALOR a revisão do preço da referida peça. Caso persista o preço anterior, a Detentora deverá aceitar fornecer pelo preço informado aplicado, ainda, o desconto conforme registrado na Ata de Registro de Preços.

Por motivos de fiscalização e acompanhamento durante a realização de serviços, a contratada deverá comprovar que está situada num raio máximo de localização de até 30 km de distância da sede administrativa do município de Águas Frias/SC. Esta exigência é requerida com a finalidade de proporcionar atendimento rápido e fácil à frota de veículos, para a realização das manutenções preventivas e corretivas, bem como, evitar o gasto desnecessário do dinheiro público com custos de locomoção dos servidores (combustíveis, pessoal e desgaste de veículos) para acompanhamento e fiscalização dos serviços. Atendendo assim ao princípio constitucional da Eficiência. Importante destacar, que alguns reparos sairiam mais baratos do que a próprio custo de locomoção dos servidores com veículos oficiais até oficinas mecânicas instaladas a uma distância maior do que a requerida, e ainda, considerando os trâmites administrativos no tocante ao deslocamento de funcionários públicos para fiscalização dos serviços a serem realizados, teríamos de fato a perda da eficiência na contratação ora almejada.

9 - Prazo e Local de Entrega ou Execução

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

<p>9.1 - Prazo</p>	<p>9.1.1. A contratada tem até 8 horas contadas a partir da entrega do veículo/equipamento para fornecimento do orçamento com os códigos genuínos das peças via Sistema Tabela TRAZVALOR.</p> <p>9.1.3. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: A partir do fornecimento da autorização de fornecimento, a contratada deverá finalizar os serviços em prazo:</p> <p>Não superior a 08 (oito) dias úteis para os casos de retífica de motor e/ou caixa; Não superior a 48 (quarenta e oito) horas para os demais serviços com substituição de peças e testes; Não superior a 8 horas para regulagens e pequenos reparos e substituição de pequenas peças.</p>
<p>9.2 - Local</p>	<p>9.2.1. Os serviços deverão ser executados exclusivamente nas dependências da mecânica municipal, anexa à garagem municipal de Águas Frias/SC.</p> <p>9.2.2. Caso a contratada para prestação do serviço tenha sua sede localizada dentro do território do município de Águas Frias, o serviço poderá ser realizado nas dependências da mesma. Neste caso, a contratada ficará com total responsabilidade de transporte do veículo/máquina até suas dependências ou local de execução do serviço.</p> <p>9.2.3. A Prestação dos Serviços poderá ocorrer no local onde se encontra o bem público danificado, Garagem da Secretaria Municipal de Infraestrutura ou em outro local adequado para a realização dos serviços, com prévia aprovação do Município, sendo acompanhado por servidor responsável indicado pela Secretaria de Administração.</p> <p>9.2.4. A contratada deverá estar sediada em um raio de até 30 km do Centro administrativo do município de Águas Frias/SC. Para os casos que não for possível realizar os serviços nas dependências garagem do município de Águas Frias/SC. Todos os custos de transporte dos</p>

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

	veículos e máquinas será de responsabilidade da contratada.
<p>9.3</p> <p>Delimitação Geográfica</p>	<p>JUSTIFICATIVA PARA LIMITAÇÃO GEOGRÁFICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS</p> <p>Considerando que o município de Águas Frias busca contratar serviços de manutenção corretiva e preventiva e fornecimento de peças (mecânicas, elétricas, lubrificantes, acessórios e funilaria), no que tange aos veículos (Veículos Leves, Médios e Pesados), máquinas e equipamentos como referência de preços, via Tabela de preços do Sistema TRAZ VALOR.</p> <p>Considerando que o Art. 40 da Lei 14.133/2021, em seu parágrafo 4º, estabelece que desde que devidamente fundamentada em estudo técnico preliminar, a Administração poderá exigir que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades.</p> <p>Considerando quando em razão de deslocamento para manutenção ou assistência técnica de veículo, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC orienta, nas diretrizes do Acórdão n. 520/2015 do TCU.</p> <p>Considerando em decisão no processo @REC 23/80019031, da Prefeitura Municipal de São Joaquim/SC, que analisou possíveis irregularidades no Pregão Presencial 12/2023 que objetivou a contratação da prestação de serviço de manutenção mecânica e elétrica, com fornecimento de peças, de componentes e correlatos para máquinas e para veículos pesados da frota municipal.</p> <p>Considerando que recentemente, ao julgar processo de contratação de um município, o Tribunal, reforçou seu entendimento de que “[...] a previsão, em procedimento licitatório, de regra de limitação geográfica é admitida, desde que acompanhada de justificativas que evidenciem sua vantajosidade para o certame, afastado o potencial de restringir o caráter competitivo da licitação, de afetar a economicidade do contrato e de ferir o princípio da isonomia, na forma do art. 9º da Lei (federal) n. 14.133/2021.”</p> <p>Considerando que a restrição de distância de localização dos prestadores de serviços seja de 30 quilômetros até a sede administrativa municipal de Águas Frias/SC, imposta para atender a contento a Administração Pública, é medida que vai ao encontro do binômio custo-</p>

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	--

benefício, que, por sua vez, se coaduna com o princípio da economicidade.

Considerando que o município de Águas Frias possui os municípios limítrofes de Pinhalzinho, União do Oeste, Coronel Freitas e Nova Erechim, e que no raio de 30 km de distância temos os municípios de Nova Itaberaba, Modelo, Sul Brasil, Saudades e Jardinópolis. Por se tratar de contratação de serviços mecânicos comuns, em todas as cidades citadas possui muitos prestadores de serviços, desta forma, a delimitação de distancia de 30 quilômetros não afasta o caráter competitivo da contratação, possibilitando a competição entre os fornecedores para atendimento a demanda do município.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

Município

Localizado no Oeste de Santa Catarina, **Águas Frias** é um município jovem, emancipado em 12 de dezembro de 1991. Seu nome vem dá por uma vertente de água gelada no meio da mata na região, que também tem uma fonte de águas sulfurosas, que recebeu o nome de Córrego Águas Frias, cujo curso atravessa a área urbana da cidade.

A ocupação das terras aguarfrienzes teve início na década de 1950 por italianos e seus descendentes vindos do Rio Grande do Sul, o que fez com que até hoje a maior parte da população tenha origem italiana, com um significativo número de descendentes de alemães, poloneses, portugueses, negros e pardos.

INFORMAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO:

Coordenadas – 26° 52' 48" S 52° 51' 32" W

Macrorregião – Oeste

Microrregião – Chapecó

Municípios limítrofes – Pinhalzinho, União do Oeste, Coronel Freitas, Nova Erechim

Distância até a capital estadual – 578 km

Fundação – 12 de dezembro de 1991

Informações Municipais

Prefeito(a): LUIZ JOSE DAGA
Vice Prefeito(a): DANILO DAGA
Microrregião: Microrregião do Oeste de Santa Catarina
Aniversário: 12/12
Habitantes: 2839 (IBGE/2022)
Eleitores: 2479 (TSE/2019)
PIB: R\$126,8 milhões (IBGE/2020)

Informações Municipais

Bandeira

Desta forma, entendemos que a limitação geográfica, mostra-se razoável e é justificada pela especificidade do certame, como vem sendo adotada por outros municípios, uma vez que eventuais gastos no deslocamento dos veículos da Prefeitura para a execução de serviços mecânicos, especialmente os mais básicos e comuns, não raro urgentes, em cidades distantes, comprometem a economicidade e eficiência dos contratos e demais princípios que norteiam o processo licitatório.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02

Rua Sete de Setembro, 512 – Centro

Águas Frias – SC, CEP 89.843-000

Fone/Fax (49) 3332-0019

Entretanto, analisa-se:

Considerando o salário dos motoristas municipais 200h, seja aproximadamente o montante de R\$ 2.732,40 (salário motorista em 2024). Com custo por hora de R\$ 13,66 por servidor municipal.

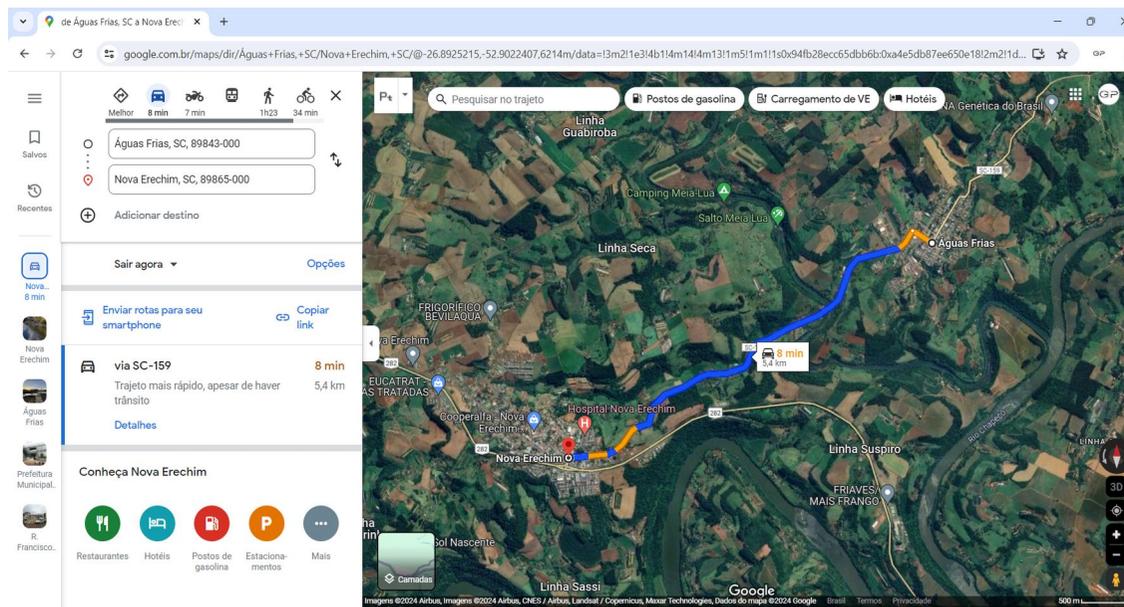
Ainda, vislumbrando a baixa quilometragem viária entre os municípios de Águas Frias e municípios limítrofes, seguem pesquisas de tempo e distâncias para deslocamentos para outras localidades:

Nova Erechim: Aproximadamente 10 minutos, 5 quilômetros, rodovia pavimentada.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

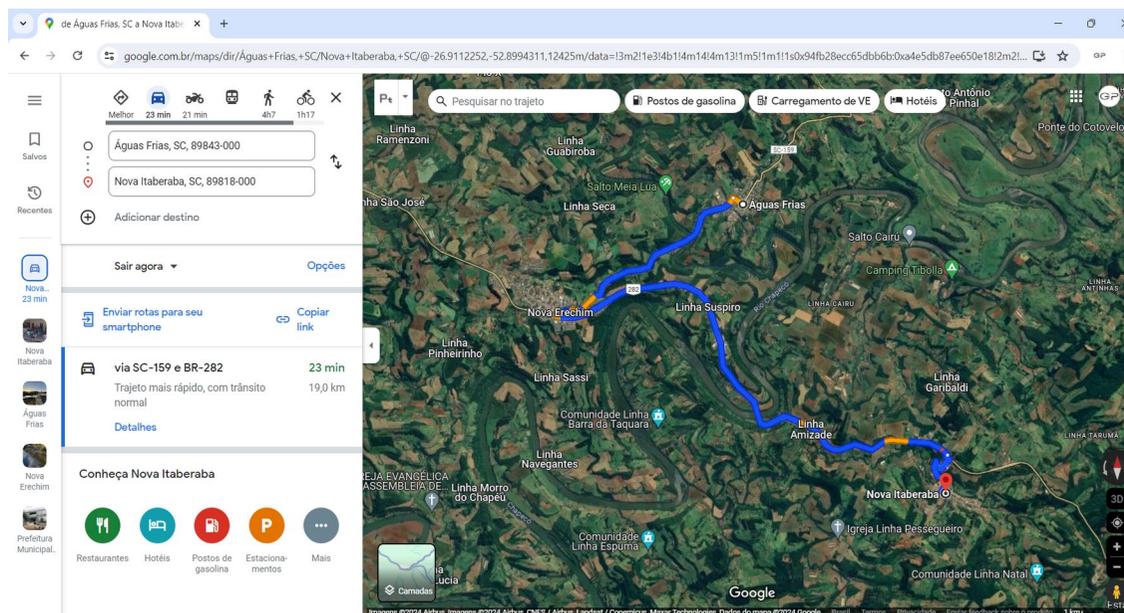


Nova Itaberaba: Aproximadamente 25 minutos, 19 quilômetros, rodovia pavimentada.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

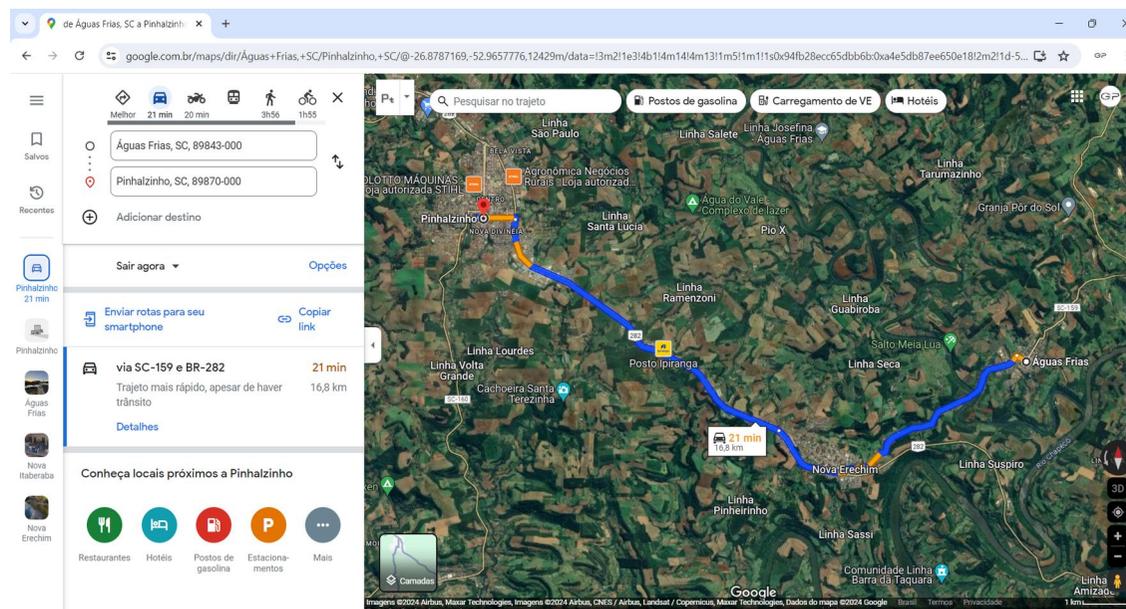


Pinhalzinho: Aproximadamente 20 minutos, 17 quilômetros, rodovia pavimentada.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

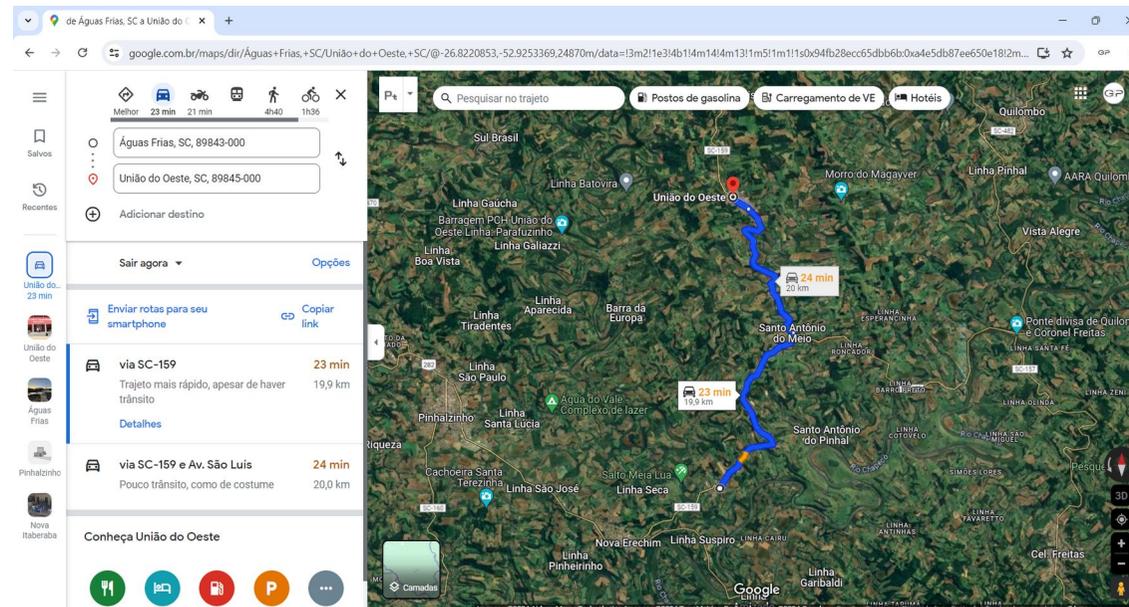


União do Oeste: Aproximadamente 25 minutos, 20 quilômetros, rodovia pavimentada.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

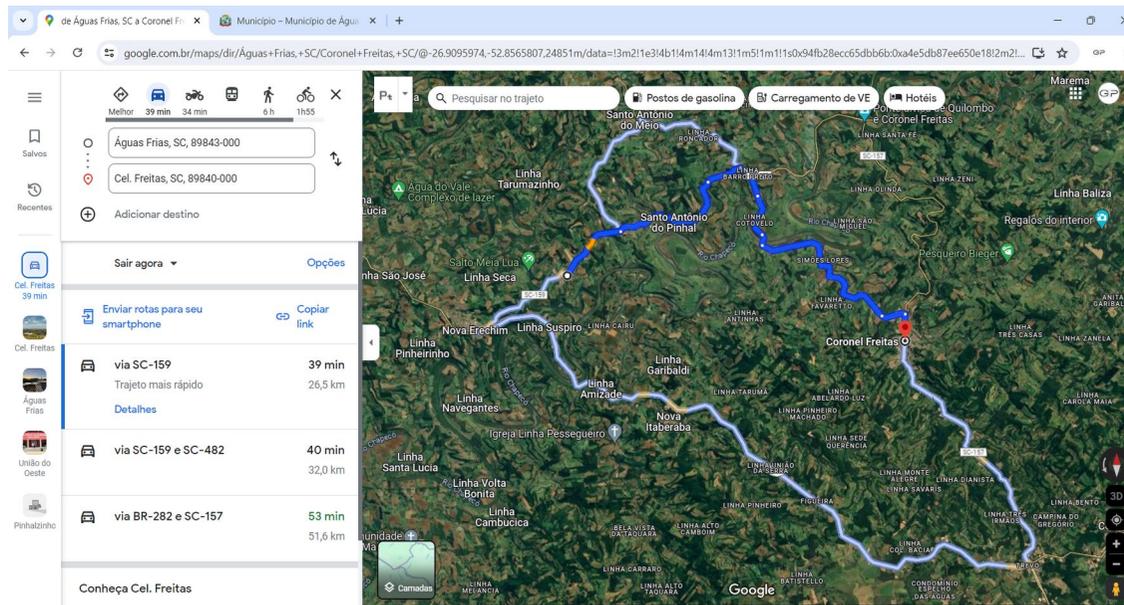


Coronel Freitas: Aproximadamente 40 minutos, 32 quilômetros, rodovia pavimentada e trecho de estrada de chão.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

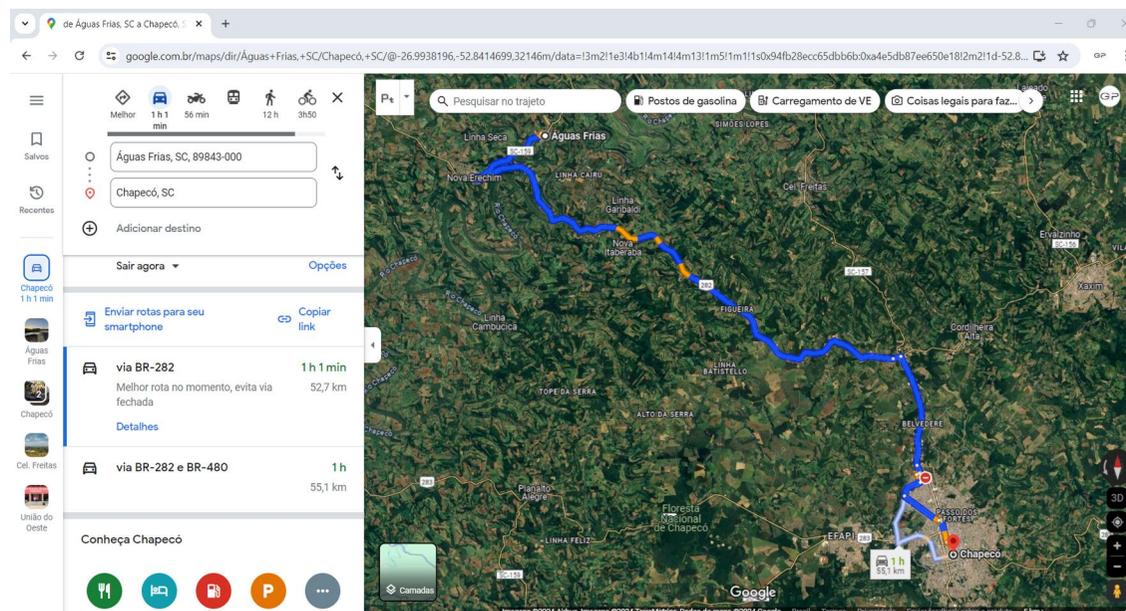


Chapecó: Aproximadamente 1 hora, 55 quilômetros, rodovia pavimentada:



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

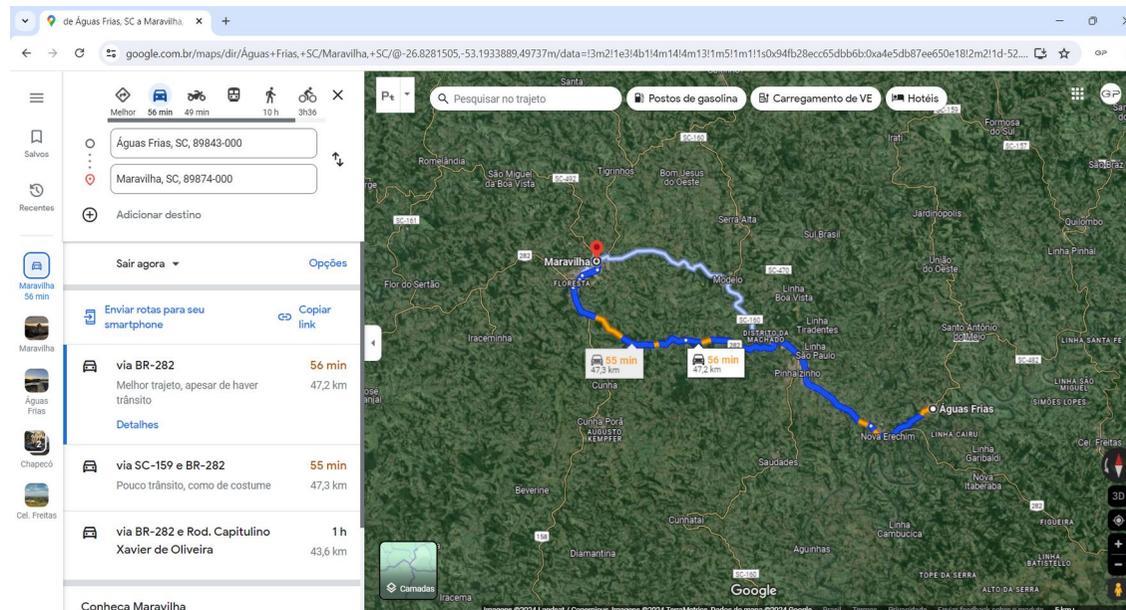


Maravilha: Aproximadamente 55 minutos, 47 quilômetros, rodovia pavimentada:



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019



A partir da demonstração de distância dos principais municípios situados ao redor de Águas Frias/SC. Podemos considerar que acima de 30km de distância, como exemplo, para deslocamento para o município de Chapecó e Maravilha, demandam de aproximadamente 2 horas de deslocamento, entre ida e volta até o município de Águas Frias/SC.

Mesmo que o modelo de contratação para prestação dos serviços mecânicos seja enfatizado que as manutenções deverão ser realizadas diretamente na garagem municipal, dependendo da viabilidade técnica, o veículo municipal necessitará se deslocar até a oficina contratada para realização dos serviços.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02

Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

Portanto, a partir dos dados elencados, no caso de deslocamento para o município de Chapecó ou Maravilha, um servidor leva em média 2 horas entre ida e volta. Ainda dependendo da localização da oficina mecânica, pois há localizações com possibilidade de trânsito intenso e outros fatores que impactam diretamente no tempo de deslocamento até o destino.

A metodologia apresentada para este estudo, sugere que o motorista com o menor salário seja o responsável pelos deslocamentos e aguarde a resolução do assunto, ou realize visitas para acompanhamento do processo de manutenção do veículo. Este caso merece destaque e evidencia que os custos aumentam e sofrem variação à medida que outros servidores necessitem efetuar esse deslocamento e bem como esperar a resolutividade necessária. Outro ponto de destaque é a possibilidade de algum servidor que não possui substituto, necessite efetuar este deslocamento, dificultando o desenvolvimento dos trabalhos.

No deslocamento para localidades com distância de mais de 30 km, o funcionário público fica impedido de retornar imediatamente aos trabalhos públicos, sendo importante acrescentar que durante o momento em que o servidor não está disponível para o trabalho, muito possivelmente outro servidor tenha que o substituí-lo, ou, até mesmo, a demanda tenha que ser deixada de lado até que o mesmo retorne. Ou seja, o custo enquanto o servidor estiver fora do seu posto de trabalho e outro servidor esteja realizando suas demandas, custando ao mínimo o dobro do valor, que no caso dos motoristas é R\$ 27,32 por hora.

Considerando o custo da gasolina seja R\$ 5,92 por litro (preço médio fornecido pela Petrobras em Santa Catarina, <https://precos.petrobras.com.br/web/precos-dos-combustiveis/w/gasolina/sc>), no caso de aproximadamente 50 km de distância, como as cidades de Maravilha e Chapecó, o percurso total percorrido será de no mínimo 100 quilômetros, um veículo que possua o consumo de 10KM/L, temos o custo mínimo de R\$ 59,00 para o deslocamento.

Outro ponto de importância para os casos de mais de 30 Km de distância, como nos casos de deslocamento para os municípios de Chapecó e Maravilha, devido ao tempo mínimo de deslocamento de ida e volta de 2 horas, o servidor que irá realizar o acompanhamento e fiscalização

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

	<p>dos serviços, necessitará se alimentar durante o horário de almoço, com o custo mínimo de 35 reais por refeição.</p> <p>Mesmo que seja considerado somente o acompanhamento dos serviços realizado pelos fiscais de contrato. Caso o veículo precise ser reparado no local da oficina contratada e que seja necessário mais de um dia para realização dos serviços, há necessidade de o fiscal realizar diversas vezes o percurso para acompanhamento da execução dos reparos. Desta forma, a contratação de prestadores de serviços mecânicos localizados em distâncias maiores de 30 Km do centro administrativo municipal de Águas Frias, torna antieconômica e de baixa eficiência conforme as informações elencadas.</p>
<p>10 - Forma de Solicitação, Forma/Cronograma de Entrega e ou Execução e Condições de Recebimento</p>	
<p>10.1 - Forma de Solicitação</p>	<p>10.1.1 Os serviços serão solicitados pelas Secretarias do Município de Águas Frias/SC, conforme AF (autorização de fornecimento) que será encaminhada via e-mail para a empresa vencedora do certame, ou via WhatsApp.</p> <p>10.1.2. O fornecimento das peças será solicitado mediante apresentação da autorização de fornecimento que será encaminhada via e-mail para a empresa vencedora do certame, ou via WhatsApp.</p>
<p>10.2 - Forma e cronograma de Entrega e/ou Execução</p>	<p>10.2.1. Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade das Secretarias do Município de Águas Frias, no período de vigência do contrato.</p> <p>10.2.2. Durante a vigência do contrato, a empresa fica obrigada a prestar os serviços de acordo com o valor proposto, nas quantidades solicitadas e nos prazos estipulados pelo contrato.</p>

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	--

- 10.2.3. Os produtos em questão serão recebidos e conferidos por equipe municipal responsável;**
- 10.2.4. Proceder ao produto adjudicado, em conformidade com o quantitativo e as especificações presentes no edital;**
- 10.2.5. O objeto desta licitação deverá ser entregue, em conformidade com a especificação e também de acordo com o modelo aprovado pelo Gestor da pasta solicitante.**
- 10.2.6.** Os serviços deverão atender às exigências de qualidade, observadas os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO. Os serviços deverão ser executados de maneira que mantenha as máquinas e veículos em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento, mediante assistência técnica e serviços de manutenção preventiva e corretiva de defeito e verificações que se fizerem necessárias deverá efetuar os consertos e lubrificações, bem como outros serviços recomendados para uma manutenção adequada.
- 10.2.7.** A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante o prestador de serviços e com seus profissionais contratados. Sendo de sua responsabilidade deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, fretes, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para a realização dos serviços.
- 10.2.8. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:**
- a) **MANUTENÇÃO CORRETIVA:** Refere-se ao conserto do veículo em função de defeito ou dano material registrado que possa comprometer sua utilização. A manutenção corretiva será efetuada sempre que houver sua necessidade. Os serviços de manutenção corretiva que exigirem a troca de peças poderão ser realizados desde que comprovada sua inadequação, mediante orçamento via sistema TABELA TRAZ VALOR e prévia autorização do Município
 - b) **METODOLOGIA DOS SERVIÇOS:** Os defeitos ou danos constatados deverão ser registrados pela DETENTORA DA ATA, que apresentará ao MUNICÍPIO o orçamento prévio via sistema TABELA TRAZ VALOR, com os valores individualizados de peças com os respectivos códigos de peças genuínas e descrição dos serviços. Os serviços poderão ser efetuados, após o recebimento e autorização do Município. O Município atestará a execução, ao final de sua conclusão, realizando teste de performance e funcionamento. As peças porventura substituídas serão devolvidas ao Mu-

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

	<p>nicípio.</p> <p>c) DA GARANTIA DAS PEÇAS E SERVIÇOS: Todas as peças deverão ser novas, de primeiro uso e deverão ter garantia mínima de 03 (três) meses. Os serviços terão garantia mínima de 03 (três) meses. As peças e os serviços em garantia serão repostos sem ônus para o Município de Águas Frias.</p> <p>PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:</p> <p>I - A contratada tem até 8 horas contadas a partir da entrega do veículo/equipamento para fornecimento do orçamento com os códigos genuínos das peças via sistema tabela TRAZVALOR.</p> <p>II - Depois de recebimento da autorização de fornecimento, os veículos deverão ser entregues em perfeito estado de uso e funcionamento no prazo não superior a 08 (oito) dias úteis para os casos de retífica de motor;</p> <p>III – Prazo de 48 (quarenta e oito) horas para os demais serviços com substituição de peças e testes;</p> <p>IV - Para pequenos reparos e substituição de pequenas peças o prazo será de até 08 (oito) horas contados a partir da autorização da realização do serviço e substituição de peças.</p> <p>A DETENTORA DA ATA deverá dispor de serviço de REBOQUE para fins de transporte dos veículos que necessitem serem deslocados até a sede da mecânica para o conserto. O deslocamento é de responsabilidade da Contratada sem custos ao Município. A contratada deverá estar localizada num raio máximo de 30 km de distância da sede administrativa do município de Águas Frias/SC, por motivos de fiscalização e acompanhamento dos serviços realizados e peças substituídas.</p> <p>10.2.9. A detentora da ata será responsável pelo fornecimento das peças, sem a necessidade da prestação do serviço de mão de obra. Quando nos casos de serviços executados pela própria mecânica municipal.</p>
<p>10.3 - Condições de Recebimento</p>	<p>10.3.1. Os serviços deverão estar em conformidade com as normas regulamentadoras vigentes.</p> <p>10.3.2. No recebimento dos produtos e serviços, será verificado a integridade física, conferindo fisicamente os produtos,</p>

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

	<p>confrontando produto e quantidade tendo como referência a nota fiscal de transporte.</p> <p>10.3.3. A (s) empresa(s) arrematante(s) da licitação deverá(ão) responsabilizar-se, às suas expensas, pelos produtos especificados em quantidade e qualidade compatíveis com o objeto da licitação solicitado pelas Secretarias, sob pena de penalidade para a empresa caso não cumpra o exigido no Edital;</p>
11 - Proposta	A proposta que descumprir com o estabelecido no edital, assim como valores acima do desconto mínimo estipulado serão desclassificadas.
12 – Critério de Julgamento	Maior desconto - Por lote
13 - Habilitação	<p>Documentos exigidos para habilitação do proponente: PESSOA JURÍDICA</p> <p>I - Declaração que atende aos requisitos de habilitação (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021)</p> <p>II - Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/91 (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021).</p> <p>III - Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;</p> <p>IV - Declaração de aplicação dos Arts. 42 ao 49 da lei complementar Nº 123/2006.</p> <p>V- HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei nº 14.133/2021):</p> <p>a) Comprovação da existência jurídica da pessoa, como:</p> <p>i) Estatuto ou contrato social;</p> <p>ii) Ato constitutivo;</p> <p>iii) Registro comercial;</p> <p>iv) Decreto de autorização.</p>

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

	<p>VI - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei nº 14.133/2021):</p> <p>a) CNPJ;</p> <p>b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, SE HOUVER, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;</p> <p>c) Regularidade com a Fazenda federal e com a Seguridade Social:</p> <p>i) Pessoa Jurídica: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir</p> <p>d) Regularidade com a Fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante;</p> <p>e) Regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante;</p> <p>f) Regularidade com o FGTS: https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf</p> <p>g) Regularidade com a Justiça do Trabalho: https://www.tst.jus.br/certidao1</p> <p>h) Cumprimento do art. 7º, XXXIII da CF/88: proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.</p> <p>VII- HABILITAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):</p> <p>Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante</p> <p>VIII – Habilitação Técnica</p> <p>a - Comprovar estar sediada em um raio de até 30 km do Centro administrativo do município de Águas Frias/SC.</p> <p>b - Declaração de ciência e capacidade para atendimento as exigências do Termo de Referência e Edital (anexo)</p>
<p>14 – Condições de pagamento</p>	<p>14.1. Os pagamentos serão efetuados através de créditos em conta bancária ou boleto bancário, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atendida pelo setor competente. Em até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da Nota Fiscal pelo detentor, devidamente conferida e atestada pela secretaria requisitante;</p> <p>14.2. Nas notas fiscais deverão constar o número do Contrato firmado ou empenho, e ainda, atestada pelo responsável pelo recebimento, o valor total e a quantidade, além das demais exigências legais;</p> <p>14.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo;</p> <p>14.4. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais;</p> <p>14.5. Será efetuado recolhimento de todos os tributos devidos quando da realização dos pagamentos;</p> <p>14.6. A partir de 01/10/2023 todos os pagamentos a serem realizados a pessoas jurídicas, de contratos vigentes ou futuros, sofrerão a retenção do imposto de renda na fonte, devendo a nota ser expedida com a observação da retenção, de acordo com as regras da Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal</p>

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

	<p>creto Municipal nº 143/2023, sob pena de não aceitação da nota;</p> <p>14.7. No pagamento serão retidas do valor da contratação todas as retenções previdenciárias, impostos e taxas fixados em Lei. Na hipótese da licitante ser optante do SIMPLES, a empresa deverá informar através de declaração ou na Nota Fiscal a alíquota de ISSQN, INSS e o valor a ser recolhido;</p> <p>14.8. Na nota fiscal é obrigatório que a CONTRATADA informe o percentual e valor de retenção do IRRF da prestação de serviços realizadas para o Município de Águas Frias –SC conforme disposto na IN RFB nº 1.234/2012, a fim de viabilizar o cumprimento do art. 1º do Decreto Municipal nº 143/2023 de 13 junho de 2023;</p> <p>14.9. Pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias DE apresentar a declaração constante do inciso XI do ART. 4º da IN RFB nº1234/20212 (ANEXO IV DA IN) para que não sejam retidos os valores correspondentes ao IR e às contribuições de que trata esta Instrução Normativa;</p> <p>14.10. Demais empresas imunes ou isentas deverão informar na Nota Fiscal a Lei o artigo e o inciso para não seja realizado a retenção.</p>
<p>15 - Prazo e Condições de Garantia (se houver)</p>	<p>Os serviços e peças fornecidas deverão ter prazo de no mínimo 90 dias de garantia contados a partir da emissão da nota fiscal.</p>
<p>16 - Obrigações da contratada</p>	<p>16.1. Responsabilizar-se pela segurança das máquinas e veículos durante a execução dos serviços;</p> <p>16.2. Utilizar suas próprias ferramentas e equipamentos para a execução dos serviços e substituição das peças;</p> <p>16.3. Utilizar na execução dos serviços somente ferramentas recomendadas pelo fabricante;</p> <p>16.4. Atender prontamente as requisições do Município para executar os serviços da manutenção preventiva e corretiva nas máquinas e veículos;</p> <p>16.5. Fornecer ao Município, após a disponibilização do veículo/máquina para diagnosticar, o orçamento detalhado via sistema TABELA TRAZ VALOR, para execução dos reparos, discriminando quantidade de horas por serviço, com os respectivos valores de mão de obra.</p>



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02

Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

Informar no orçamento quais peças deverão ser substituídas com código numérico genuíno.

16.6. Entregar as máquinas/veículos submetidos aos serviços devidamente limpos, ou seja, livre de resíduos provenientes da execução dos serviços, tais como graxa, óleo, cola, tinta, poeira, entre outros;

16.7. Entregar o bem público ao Município somente após conferência de todos os itens de segurança e funcionamento vistoriados;

16.8. Promover condições de fiscalização de todos os serviços contratados, bem como, dos seus procedimentos e técnicas empregadas;

16.9. Devolver, no ato da saída da máquina/veículo da sua oficina, todas as peças que forem substituídas nas mesmas embalagens das utilizadas;

16.10. Os serviços deverão ser executados exclusivamente nas dependências da mecânica municipal, anexa à garagem municipal de Águas Frias/SC.

16.12. Caso a contratada para prestação do serviço tenha sua sede localizada dentro do território do município de Águas Frias, o serviço poderá ser realizado nas dependências da mesma.

16.13. Transportar com segurança e pessoal habilitado e dentro das normas do Código de Trânsito Brasileiro até o local da sua oficina (independente do endereço) os bens públicos do município de Águas Frias;

16.14. Dar livre acesso em suas dependências dos terceirizados ao Município para execução dos serviços nas máquinas/veículos pertencentes ao Município.

16.15. Responsabilizar-se por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorrerem no decorrer da prestação de serviços, inclusive perante

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	--

	<p>terceiros;</p> <p>16.16. Responsabilizar-se pelo pessoal empregado na execução da prestação dos serviços de que trata esta Ata, observando a legislação pertinente, especialmente as obrigações trabalhistas, além das despesas diretas e indiretas como transportes, estadias, alimentação, seguros, encargos sociais, fiscais, previdenciários, de ordem de classe, indenizações ou qualquer outra que for devida, ficando o Município isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.</p> <p>16.17. Executar os serviços objeto desta licitação mediante atuação de profissionais especializados e manter quadro de pessoal suficiente para execução dos serviços, sem interrupção;</p> <p>16.18. Assumir as responsabilidades pelas providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando na ocorrência da espécie forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do Município;</p> <p>16.19. Responsabilizar-se por toda e qualquer má execução do serviço prestado;</p> <p>16.8. A contratada será responsável pela contratação do acesso ao Sistema Tabela TrazValor, inclusive será responsável por todos os custos para acesso ao sistema e de funcionários para operação.</p> <p>16.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as reservas estabelecidas pela nova lei de licitações Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.</p> <p>16.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes</p>
--	---



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02

Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

16.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique na entrega dos produtos.

16.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

16.13. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade relacionada ao objeto que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

16.14. Manter, durante o período de execução do objeto, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

16.15. Conduzir a execução do objeto com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

16.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

16.18. Fornecer Equipamentos de proteção individual e coletiva para os funcionários executantes do objeto.

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

	<p>16.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;</p> <p>16.20. Entregar o(s) PRODUTO(S)/SERVIÇO(S) de acordo com o pactuado, não sendo aceito em hipótese alguma produtos de marcas e especificações diferentes;</p> <p>16.21. Responsabilizar-se pela troca do(s) PRODUTO(S)/SERVIÇO(S), ocasionalmente em desacordo com o pactuado, efetuando a troca, a partir do conhecimento.</p> <p>16.22. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não sendo a CONTRATANTE responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.</p> <p>16.23. Responsabilizar-se por toda e qualquer despesa durante a execução do objeto, em relação a transporte de pessoal e/ou equipamento, alimentação, diárias e estadias, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem pertinentes a execução do objeto de presente termo de referência.</p>
<p>17 - Obrigações da Contratante</p>	<p>17.1 – Aplicar as penalidades cabíveis, nas situações previstas no edital;</p> <p>17.2 – Fiscalizar a execução do objeto, bem como requisitar, quando necessário, a promoção de medidas para a regularidade na execução;</p> <p>17.3 – Rejeitar, no todo ou em parte a execução do objeto caso está não apresente resultados satisfatórios ou conforme as obrigações assumidas pela Contratada;</p> <p>17.4 – Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade, e sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;</p>



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
 Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
 Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
 Fone/Fax (49) 3332-0019

	17.5 – A Administração se reserva o direito de suspender a execução do objeto em desacordo com o pactuado entre as partes.											
18- Da Amostra	Não há necessidade de apresentação de amostra											
19 -Da fiscalização	<p>Não será necessário nenhum tipo de capacitação de servidores para o desempenho da fiscalização dos serviços. Cada secretaria requisitante através do seu secretário responsável, será o fiscalizador do contrato.</p> <p>Os pagamentos serão efetuados através de créditos em conta bancária ou diretamente ao credor, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente de fiscalização do contrato.</p>											
20 - Estimativa de gasto e memória de calculo	O valor estabelecido para cada item foi baseado nos gastos dos últimos 12(doze) meses.											
	Lote	Item	Qtde	Unid	Objeto	Cot 1	Cot 2	Cot 3	Cot 4	Cot 5	Cot 6	Média
	1	1	R\$ 50.000,00	R\$	Serviço de manutenção da parte do sistema elétrico de automóveis, caminhões, ônibus, vans, ambulâncias e toda a frota de máquinas pesadas.	R\$ 99,00	R\$ 95,00	R\$ 115,00	R\$ 110,00			R\$ 104,75
		2	R\$ 100.000,00	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção elétrica dos automóveis, caminhões, ônibus, vans, ambulâncias e toda a frota de máquinas pesadas.	* Desconto Mínimo de 5%.						
	2	1	R\$ 40.000,00	R\$	Serviço de manutenção de ar condicionado em veículos e máquinas.	R\$ 122,49	R\$ 125,00	R\$ 115,00	R\$ 110,00			R\$ 118,12
		2	R\$	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos	* Desconto Mínimo						



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
 Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
 Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
 Fone/Fax (49) 3332-0019

		75.000,00		lubrificantes, gases e demais itens necessários à manutenção de ar condicionado dos automóveis, caminhões, ônibus, vans, ambulâncias e toda a frota de máquinas pesadas	de 5%.						
3	1	R\$ 60.000,00	R\$	Serviços mecânicos para conserto de veículo tipo Van e Ambulâncias movidas a Diesel	R\$ 108,00	R\$ 99,00	R\$ 100,00	R\$ 95,00	R\$ 90,00		R\$ 98,40
	2	R\$ 80.000,00	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de tipo Van e Ambulâncias movidas a Diesel.	* Desconto Mínimo de 5%.						
4	1	R\$ 60.000,00	R\$	Serviços mecânicos para conserto de veículo leves	R\$ 33,90	R\$ 100,00	R\$ 80,00	R\$ 83,00	R\$ 95,00	R\$ 90,00	R\$ 80,31
	2	R\$ 125.000,00	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de tipo veículos leves	* Desconto Mínimo de 5%.						
5	1	R\$ 40.000,00	R\$	Serviços mecânicos para reparos e consertos em funilaria e pintura	R\$ 104,00	R\$ 115,00	R\$ 120,00	R\$ 110,00			R\$ 112,25
	2	R\$ 40.000,00	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de funilaria e pintura	* Desconto Mínimo de 5%.						
6	1	R\$ 150.000,00	R\$	Serviços Mecânicos para conserto de caminhões	R\$ 151,90	R\$ 114,00	R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 115,00		R\$ 122,18
	2	R\$	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos	* Desconto Mínimo						



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
 Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
 Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
 Fone/Fax (49) 3332-0019

		280.000,00		lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de caminhões	de 5%.						
7	1	R\$ 150.000,00	R\$	Serviço de mecânicos para máquinas pesadas (linha amarela)	R\$ 174,90	R\$ 158,00	R\$ 100,00	R\$ 111,67	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 140,76
	2	R\$ 500.000,00	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de maquinas pesadas	* Desconto Mínimo de 5%.						
8	1	R\$ 50.000,00	R\$	Serviços mecânicos para ônibus e Micro-ônibus	R\$ 87,30	R\$ 105,00	R\$ 109,83	R\$ 130,00	R\$ 115,00		R\$ 109,42
	2	R\$ 90.000,00	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de tipo ônibus e Micro-ônibus	** Desconto Mínimo de 5%.						
9	1	R\$ 15.000,00	R\$	Serviços mecânicos para conserto de Implementos Agrícolas	R\$ 35,00	R\$ 112,00	R\$ 110,00				R\$ 85,66
	2	R\$ 25.000,00	R\$	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de implementos agrícolas	* Desconto Mínimo de 5%.						

21.1 Gestor do Contrato

Nome	Cargo	Matrícula nº
------	-------	--------------

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

Dionei da Rosa, nomeado pelo Decreto nº92/2023	Técnico de Contratos e Convênios	901
--	----------------------------------	-----

21.2 Fiscais do Contrato

Nome	Cargo	Matrícula
Jandir Cristolfi Panis	Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	1212
Valdoir Francisco Boaro	Secretário Municipal de Infraestrutura	1200
Lirdes Galão	Gestora do Fundo Municipal de Saúde	1114
Jocinéia Pandolfo Gonçalves da Silva	Secretária de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	1077
João Carlos Peres	Secretário de Administração, Finanças e Planejamento	1302
Andressa Kaline Santos Pires Fontana	Secretária de Assistência Social	1214

22 - Penalidades	Ao contratado poderão ser aplicadas as penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 14.1333/2022 de 01 de abril de 2021 sem prejuízos do direito à rescisão do Contrato e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei,
-------------------------	--

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

	<p>no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente.</p>
<p>23 - Condições Gerais</p>	<p>Empresa interessada em prestar o atendimento com a prestação de serviços e fornecer peças/materiais deverá demonstrar:</p> <p>A) Comprovar estar sediada em um raio de até 30 km do Centro administrativo do município de Águas Frias/SC.</p> <p>Justificativa Esta exigência é requerida com a finalidade de proporcionar atendimento rápido e fácil à frota de veículos, para a realização das manutenções preventivas e corretivas, bem como, evitar o gasto desnecessário do dinheiro público com custos de locomoção dos servidores (combustíveis, pessoal e desgaste de veículos) para acompanhamento e fiscalização dos serviços. Atendendo assim ao princípio constitucional da Eficiência. Importante destacar, que alguns reparos sairiam mais baratos do que a próprio custo de locomoção dos servidores com veículos oficiais até oficinas mecânicas instaladas a uma distância maior do que a requerida, e ainda, considerando os trâmites administrativos no tocante ao deslocamento de funcionários públicos para fiscalização dos serviços a serem realizados, teríamos de fato a perda da eficiência na contratação ora almejada.</p> <p>B) Declaração do proprietário que possui capacidade de infraestrutura mínima para atendimento ao objeto, seguro, ferramentas necessárias (exemplo: macaco jacaré, bomba para troca de óleo, compressor de ar, elevador, e veículo para deslocamento/socorro), bem como equipe capacitada para o atendimento ao objeto. (declarações que faltem com a verdade serão enquadradas no art. 299 do Código Penal, que descreve a conduta criminosa como sendo o ato de omitir a verdade ou inserir declaração falsa, em documentos públicos ou particulares</p> <p>Justificativa: Esta exigência é requerida com a finalidade de proporcionar atendimento rápido e fácil à frota de veículos, para a realização das manutenções preventivas e corretivas, bem como, evitar o gasto desnecessário do dinheiro público com custos de locomoção dos veículos avariados (combustíveis, pessoal e desgaste de veículos) para uma oficina mecânica mais distante, atendendo assim ao princípio constitu-</p>

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	--

cional da Eficiência. Sendo importante destacar, que alguns reparos sairiam mais baratos do que a própria locomoção dos veículos até oficinas mecânicas instaladas a uma distância maior do que a requerida, e ainda, considerando os trâmites administrativos no tocante ao deslocamento de funcionários públicos para acompanharem e/ou fiscalizarem a execução dos serviços a serem realizados, teríamos de fato a perda da eficiência na contratação ora almejada.

Os Serviços deverão ser prestados da Garagem da Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de Águas Frias,

Os Serviços seguirão rigorosamente os padrões técnicos similares aos utilizados nas assistências técnicas das concessionárias.

Nos preços propostos já estarão incluídas as despesas referentes: - Aos salários, encargos sociais, tributários e fiscais decorrentes da realização dos serviços; - Ao transporte (ida/volta) de qualquer equipamento para a oficina da DETENTORA DA ATA, em caso de necessidade a locomoção dos técnicos até o Município de Águas Frias.

A Prestação dos Serviços poderá ocorrer no local onde se encontra o bem público danificado, Garagem da Secretaria Municipal de Infraestrutura ou em outro local adequado para a realização dos serviços, com prévia aprovação do Município, sendo acompanhado por servidor responsável indicado pela Secretaria de Administração

A detentora da ata será responsável pelo fornecimento das peças, sem a necessidade da prestação do serviço de mão de obra. Quando forem casos de serviços executados pela própria mecânica municipal.

Toda e qualquer comunicação entre a administração pública e licitante/contratado poderão ser feitas por e-mail e/ou whatsapp, inclusive as que dizem respeito à execução, extinção do contrato e aplicação de penalidades;

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	--

	<p>Fica o licitante/contratado obrigado a fornecer e manter atualizado até final do contrato, um endereço de e-mail e de whatsapp para as comunicações formais mencionadas no item anterior;</p> <p>Serão reputadas válidas as intimações, notificações e qualquer outras comunicações enviadas ao endereço de e-mail ou whatsapp informados pelo licitante/contratado, independentemente de confirmação de recebimento.</p>
--	--

Águas Frias - SC, 04 de julho de 2024

Jandir Cristolfi Panis
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Valdoir Francisco Boaro
Secretaria Municipal de Infraestrutura

Lirdes Galão
Fundo Municipal de Saúde

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	--

Jocinéia Pandolfo Gonçalves da Silva
Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

João Carlos Peres
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Andressa Kaline Santos Pires Fontana
Secretaria de Assistência Social



DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

O documento apresentado descreve de maneira adequada o planejamento da contratação, permitindo a avaliação de custos e demandas, e possui anexo os orçamentos e planilhas de preços de mercado, definindo a sistemática de suprimento, critérios de aceitação do objeto, deveres do Licitante e da Administração, procedimentos de fiscalização e gerenciamento, prazos de entrega e a possibilidade de sanções administrativas, de forma clara, concisa e objetiva. Dessa forma, nos termos do 6º XXIII da Lei 14.133/2021, aprovo o presente Termo de Referência.

Determino ao Setor de Licitações/Contabilidade, a realização das despesas nos moldes solicitados

Águas Frias – SC, _____ de _____ de 2024

LUIZ JOSÉ DAGA



PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CAPACIDADE PARA ATENDIMENTO AS EXIGÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____,

DECLARA:

a) Somente em casos de **extrema necessidade** os veículos e/ou máquinas do Município de Águas Frias- SC serão transportados a sede da Contratada (que deverá estar localizada um raio de até 30 quilômetros do município Águas Frias- SC). A contratada efetuará o transporte das máquinas ou de peças por sua conta (sem ônus ao Município), sempre atendendo a legislação de trânsito quando ao transporte de máquinas em rodovias fora do perímetro urbano.



- a) Pequenos reparos e consertos deverão ser realizados na Garagem da Secretaria Municipal de Infraestrutura. As ferramentas e demais itens necessários para o conserto e reparos do veículo na sede do Município de Águas Frias é de responsabilidade da Contratada.
- c) A Contratada possui capacidade de infraestrutura mínima para atendimento ao objeto, seguro, ferramentas necessárias (exemplo: macaco jacaré, bomba para troca de óleo, compressor de ar, elevador, e veículo para deslocamento/socorro), bem como equipe capacitada para o atendimento ao objeto.
- d) Assim que for solicitado a necessidade da prestação dos serviços para conserto e reparos a licitante vencedora do certame deverá em até 03 (três) horas iniciar os serviços avisando o Secretário responsável pela respectiva secretaria solicitante do serviço para que o mesmo possa acompanhar e fiscalizar os serviços que serão prestados e quantidade de horas necessárias para o conserto/reparo
- e) Depois de atendimento o chamado, os veículos deverão ser entregues em perfeito estado de uso e funcionamento no prazo não superior a 08 (oito) dias úteis para os casos de retífica de motor; 48 (quarenta e oito) horas para os demais serviços com substituição de peças e testes; e para pequenos reparos e substituição de pequenas peças o prazo será de até 8 (oito) horas contados a partir da autorização da realização do serviço e substituição de peças.
- f) Assim que for solicitado análise prévia dos veículos pelo Município é de responsabilidade da licitante vencedora o deslocamento até a sede do município de Águas Frias para verificar o veículo ou máquina.
- g) Dispor de serviço de REBOQUE para fins de transporte dos veículos que estejam sem condições de funcionamento, com cobertura gratuita para deslocamentos necessários.
- h) Todas as peças deverão ser novas, de primeiro uso e deverão ter garantia mínima de 03 (três) meses. Os serviços terão garantia mínima de 03 (três) meses. As peças e os serviços em garantia serão repostos sem ônus para o Município de Águas Frias.



i) O desconto a ser ofertado será sob os valores praticados pela Tabela Traz Valor.

j) A contratada tem até 8 horas contadas a partir da emissão da ordem de serviço para fornecimento do orçamento com os códigos genuínos das peças via sistema TABELA TRAZ VALOR.

(Declarações que faltem com a verdade serão enquadradas no **art. 299 do Código Penal**, que descreve a conduta criminosa como sendo o ato de omitir a verdade ou inserir declaração falsa, em documentos públicos ou particulares)

(Local e Data)

Dados e assinatura do Licitante



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02

Rua Sete de Setembro, 512 – Centro

Águas Frias – SC, CEP 89.843-000

Fone/Fax (49) 3332-0019

	Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019
---	--

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS E VÍNCULOS

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA

1. Que não incorre nas vedações previstas na Lei nº 14.133/2021, assumindo a responsabilidade de comunicar imediatamente a Administração Pública no caso de incorrer nas seguintes hipóteses:

- a) Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, § 1º);
- b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, I c/c § 3º);

Obs. 1: A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade (art. 14, § 2º).

- c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (art. 14, II). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º);

Obs. 1: A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade (art. 14, § 2º).

- d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);

Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a



ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 3º).

e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação (art. 14, IV);

f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações, concorrendo entre si (art. 14, V);

g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);

h) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);

i) É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);

j) Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, p. ú.);

k) Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º).

2. Que não possui em seu quadro societário:

2.1. Deputados Federais e Senadores com diploma já expedido (Art. 54, I, a, da Constituição Federal);

2.2. Deputados Estaduais com diploma já expedido (art. 43, I, a, da Constituição Estadual de Santa Catarina);



2.3. Vereador do Município de Águas Frias com diploma já expedido (art. 22, I, a, da Lei Orgânica Municipal).

OBS.: Ficam excluídos do conceito de participante em “quadro societário” os meros associados de cooperativas que não exercem qualquer função técnica, comercial, de gerência, administração ou tomada de decisões da entidade cooperativa.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xx/2.024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº92/2.024
PREGÃO nº27/2.024

O MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº95.990.180/0001-02, com sede em Rua Sete de Setembro nº512 doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUIZ JOSÉ DAGA, e a empresa xxxx inscrita no CNPJ nº xxx, estabelecida em XXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu Sócio-Gerente XXX, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preços a fim de registrar os seguintes preços, em decorrência do Processo Licitatório nº 92/2.024, Pregão nº 27/2.024, homologado em :

1. As partes resolvem registrar preços dos seguintes itens abaixo especificados:

Lote	Item	Objeto	Descrição	Qtde	un	Marca Cotada	Preço Unitário	Preço Total
xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx

2. As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas quando da emissão da nota de empenho/pedido de entrega.

3. A prestação de serviços será prestada da seguinte forma:

3.1. A contratada tem até 8 horas contadas a partir da entrega do veículo/equipamento para fornecimento do orçamento com os códigos genuínos das peças via Sistema Tabela TRAZVALOR.

3.2. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.2.1. A partir do fornecimento da autorização de fornecimento, a contratada deverá finalizar os serviços em prazo:

a) Não superior a 08 (oito) dias úteis para os casos de retífica de motor e/ou caixa;

b) Não superior a 48 (quarenta e oito) horas para os demais serviços com substituição de peças e testes;

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

c) Não superior a 8 horas para regulagens e pequenos reparos e substituição de pequenas peças

4. Este instrumento tem prazo de vigência de 1 (um) ano, contados da data da última assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

a) início da Vigência:xx/xx/xxxx

b) Final da Vigencia: xx/xx/xxxx

5. Esta ata é vinculada ao edital do Processo Licitatório nº 92/2.024, Pregão nº27/2.024, homologado em , e à proposta do licitante vencedor XXX.

6. Esta ata rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/20211.

7. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

8. Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato/Ata e/ou seu extrato será divulgado:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);

II - Página do Município de Águas Frias (www.aguasfrias.sc.gov.br);

III - Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021);

IV - Plataforma www.portalcompraspublicas.com.br;

9. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

9.1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 103/2023 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

9.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito

10. REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO (art. 92, IV)

10.1. Os serviços deverão ser executados exclusivamente nas dependências da mecânica municipal, anexa à garagem municipal de Águas Frias/SC.

10.2. Caso a contratada para prestação do serviço tenha sua sede localizada dentro do território do município de Águas Frias, o serviço poderá ser realizado nas dependências da mesma. Neste caso, a contratada ficará com total responsabilidade de transporte do veículo/máquina até suas dependências ou local de execução do serviço.

10.3. A Prestação dos Serviços poderá ocorrer no local onde se encontra o bem público danificado, Garagem da Secretaria Municipal de Infraestrutura ou em outro local adequado para a realização dos serviços, com prévia aprovação do Município, sendo acompanhado por servidor responsável indicado pela Secretaria de Administração.



10.4. A contratada deverá estar sediada em um raio de até 30 km do Centro administrativo do município de Águas Frias/SC. Para os casos que não for possível realizar os serviços nas dependências garagem do município de Águas Frias/SC. Todos os custos de transporte dos veículos e máquinas será de responsabilidade da contratada.

10.5. Os serviços serão solicitados pelas Secretarias do Município de Águas Frias/SC, conforme AF (autorização de fornecimento) que será encaminhada via e-mail para a empresa vencedora do certame, ou via WhatsApp.

10.6. O fornecimento das peças será solicitado mediante apresentação da autorização de fornecimento que será encaminhada via e-mail para a empresa vencedora do certame, ou via WhatsApp.

10.7. Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade das Secretarias do Município de Águas Frias, no período de vigência do contrato.

10.8. Durante a vigência do contrato, a empresa fica obrigada a prestar os serviços de acordo com o valor proposto, nas quantidades solicitadas e nos prazos estipulados pelo contrato.

10.9. Os produtos em questão serão recebidos e conferidos por equipe municipal responsável;

10.10. Proceder ao produto adjudicado, em conformidade com o quantitativo e as especificações presentes no edital;

10.11. O objeto desta licitação deverá ser entregue, em conformidade com a especificação e também de acordo com o modelo aprovado pelo Gestor da pasta solicitante.

10.12. Os serviços deverão atender às exigências de qualidade, observadas os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO. Os serviços deverão ser executados de maneira que mantenha as máquinas e veículos em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento, mediante assistência técnica e serviços de manutenção preventiva e corretiva de defeito e verificações que se fizerem necessárias deverá efetuar os consertos e lubrificações, bem como outros serviços recomendados para uma manutenção adequada.

10.13. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante o prestador de serviços e com seus profissionais contratados. Sendo de sua responsabilidade deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, fretes, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para a realização dos serviços.

10.14. **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:**

- a) **MANUTENÇÃO CORRETIVA:** Refere-se ao conserto do veículo em função de defeito ou dano material registrado que possa comprometer sua utilização. A manutenção corretiva



será efetuada sempre que houver sua necessidade. Os serviços de manutenção corretiva que exigirem a troca de peças poderão ser realizados desde que comprovada sua inadequação, mediante orçamento via sistema TABELA TRAZ VALOR e prévia autorização do Município

b) **METODOLOGIA DOS SERVIÇOS:** Os defeitos ou danos constatados deverão ser registrados pela DETENTORA DA ATA, que apresentará ao MUNICÍPIO o orçamento prévio via sistema TABELA TRAZ VALOR, com os valores individualizados de peças com os respectivos códigos de peças genuínas e descrição dos serviços. Os serviços poderão ser efetuados, após o recebimento e autorização do Município. O Município atestará a execução, ao final de sua conclusão, realizando teste de performance e funcionamento. As peças porventura substituídas serão devolvidas ao Município.

c) **DA GARANTIA DAS PEÇAS E SERVIÇOS:** Todas as peças deverão ser novas, de primeiro uso e deverão ter garantia mínima de 03 (três) meses. Os serviços terão garantia mínima de 03 (três) meses. As peças e os serviços em garantia serão repostos sem ônus para o Município de Águas Frias.

10.15. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

a) A contratada tem até 8 horas contadas a partir da entrega do veículo/equipamento para fornecimento do orçamento com os códigos genuínos das peças via sistema tabela TRAZVALOR.

b) Depois de recebimento da autorização de fornecimento, os veículos deverão ser entregues em perfeito estado de uso e funcionamento no prazo não superior a 08 (oito) dias úteis para os casos de retífica de motor;

c) Prazo de 48 (quarenta e oito) horas para os demais serviços com substituição de peças e testes;

d) Para pequenos reparos e substituição de pequenas peças o prazo será de até 08 (oito) horas contados a partir da autorização da realização do serviço e substituição de peças.

10.16 A DETENTORA DA ATA deverá dispor de serviço de REBOQUE para fins de transporte dos veículos que necessitem serem deslocados até a sede da mecânica para o conserto. O deslocamento é de responsabilidade da Contratada sem custos ao Município. A contratada deverá estar localizada num raio máximo de 30 km de distância da sede administrativa do município de Águas Frias/SC, por motivos de fiscalização e acompanhamento dos serviços realizados e peças substituídas.

10.17. A detentora da ata será responsável pelo fornecimento das peças, sem a necessidade da prestação do serviço de mão de obra. Quando nos casos de serviços executados pela própria mecânica municipal.

11. O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO (art. 92, V)



11.1. O valor de Aquisição/Prestação do serviços é de R\$xxxx.

11.2. Os pagamentos serão efetuados através de créditos em conta bancária ou boleto bancário, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente. Em até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da Nota Fiscal pelo detentor, devidamente conferida e atestada pela secretaria requisitante;

11.3. Nas notas fiscais deverão constar o número do Contrato firmado ou empenho, e ainda, atestada pelo responsável pelo recebimento, o valor total e quantidade, além das demais exigências legais;

11.4. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que a contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo;

11.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais;

11.6. Será efetuado recolhimento de todos os tributos devidos quando da realização dos pagamentos;

11.6.1. A partir de 01/10/2023 todos os pagamentos a serem realizados a pessoas jurídicas, de contratos vigentes ou futuros, sofrerão a retenção do imposto de renda na fonte, devendo a nota ser expedida com a observação da retenção, de acordo com as regras da Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal e Decreto Municipal nº 143/2023, sob pena de não aceitação da nota;

11.6.2. No pagamento serão retidas do valor da contratação todas as retenções previdenciárias, impostos e taxas fixados em Lei. Na hipótese da licitante ser optante do SIMPLES, a empresa deverá informar através de declaração ou na Nota Fiscal a alíquota de ISSQN, INSS e o valor a ser recolhido;

11.6.3. Na nota fiscal é obrigatório que a CONTRATADA informe o percentual e valor de retenção do IRRF da prestação de serviços realizadas para o Município de Águas Frias –SC conforme disposto na IN RFB nº 1.234/2012, a fim de viabilizar o cumprimento do art. 1º do Decreto Municipal nº 143/2023 de 13 de junho de 2023;

11.6.4. Pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias DEVERÁ apresentar a declaração constante do inciso XI do



ART. 4º da IN RFB nº1234/20212 (ANEXO IV DA IN) para que não sejam retidos os valores correspondentes ao IR e às contribuições de que trata esta Instrução Normativa;

11.6.5. Demais empresas imunes ou isentas deverão informar na Nota Fiscal a Lei o artigo e o inciso para não seja realizado a retenção

11.6.6. A Declaração deverá ser entregue após a assinatura do contrato.

11.7. A nota deverá ser emitida da seguinte forma:

11.7.1. Secretarias: Aa nota deverá ser emitida em nome do Município de Águas Frias CNPJ 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512, centro, Águas Frias -SC, CEP 89.843-000. A mesma deverá ser encaminhada para o e-mail: contabilidade@aguasfrias.sc.gov.br, nos arquivos com extensão XML e PDF, sob pena de retenção de pagamentos. Juntamente com a Nota fiscal deverá ser enviado as certidões vigentes de regularidade fiscal e trabalhista.

11.7.2. Fundo Municipal de Saúde: a nota fiscal eletrônica deverá ser emitida em nome do Fundo Municipal de Saúde de Águas Frias CNPJ 11.300.021/0001-49 Rua Maria Gotardo Galon, 349, centro, Águas Frias -SC, CEP 89.843-000. A nota deverá ser encaminhada para o e-mail: contabilidade@aguasfrias.sc.gov.br, nos arquivos com extensão XML e PDF, sob pena de retenção de pagamentos.

11.8 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

11.9. CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO:

11.9.1 - Durante o prazo inicial de 12 (doze) meses de execução do contrato, os preços não sofrerão qualquer reajuste contratual. Em caso de prorrogação do contrato os preços serão reajustados anualmente (decorridos os doze meses), já no início da prorrogação e assim sucessivamente (de doze em doze meses), de acordo com o índice acumulado (últimos doze meses proporcional) do IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado pela Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou índice legal oficial que venha a substituí-lo.

11.9.2. DATA-BASE: Será considerado a data da Ata de Registro de Preços

12.PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO



12.1. Os pagamentos serão efetuados através de créditos em conta bancária ou diretamente ao credor, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente. De forma mensal em até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da Nota Fiscal pelo detentor, devidamente conferida e atestada pela secretaria requisitante.

13. OS PRAZOS DE INÍCIO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO, OBSERVAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO (art. 92, VII) (se for o caso)

13.1. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

I - A contratada tem até 8 horas contadas a partir da entrega do veículo/equipamento para fornecimento do orçamento com os códigos genuínos das peças via sistema tabela TRAZVALOR.

II - Depois de recebimento da autorização de fornecimento, os veículos deverão ser entregues em perfeito estado de uso e funcionamento no prazo não superior a 08 (oito) dias úteis para os casos de retífica de motor;

III – Prazo de 48 (quarenta e oito) horas para os demais serviços com substituição de peças e testes;

IV - Para pequenos reparos e substituição de pequenas peças o prazo será de até 08 (oito) horas contados a partir da autorização da realização do serviço e substituição de peças

14. O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA (art. 92, VIII)

Despesa	Recurso	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa
800	150000	2-3 Manutenção das Atividades da Secretaria	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos
799	150000	2-3 Manutenção das Atividades da Secretaria	339030390000- Material para Veículos
718	150000	2-2 Manutenção da estrutura do Gabinete do Prefeito	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos
717	150000	2-2 Manutenção da estrutura do Gabinete do Prefeito	339030390000- Material para Veículos
1140	150000	2-38 Manutenção do Conselho Tutelar	339039190000 – Manutenção e



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

			Conservação de veículos
861	150000	2-38 Manutenção do Conselho Tutelar	339030390000- Material para Veículos
938	150000	2-26 Manutenção das Atividades da Secretaria	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos
1112	150000	2-26 Manutenção das Atividades da Secretaria	339030390000- Material para Veículos
832	150000	2-12 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos
831	150000	2-12 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	339030390000- Material para Veículos
716	150000	2-9 – Manutenção do Transporte Escolar	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos
612	150000	2-9 – Manutenção do Transporte Escolar	339030390000- Material para Veículos
530	150000	2-9 – Manutenção do Transporte Escolar	339030010000 – Combustíveis e Lubrificantes Automotivos
750	150000	2-32- Manutenção das Atividades da Secretaria	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos
813	150000	2-32- Manutenção das Atividades da Secretaria	339030390000- Material para Veículos
652	150000	2-35 - Manutenção das Atividades do Departamento	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos
682	150000	2-35 - Manutenção das Atividades do Departamento	339030390000- Material para Veículos
718	150000	2-23 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública	339039190000 – Manutenção e Conservação de veículos
717	150000	2-23 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública	339030390000- Material para Veículos



15. O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REPACTUAÇÃO DE PREÇOS, OU PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO (art. 92, X)

15.1 PEDIDO DE REPACTUAÇÃO:

15.1.1. Caso ocorra a solicitação de repactuação a Contratante responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

15.1.2. Dentro do prazo previsto no item 15.1.1 o Contratante poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a Contratada ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

15.2 O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (art. 92, XI)

15.2.1. O reequilíbrio econômico poderá ser solicitado a qualquer tempo pelo(a) CONTRATADO (A) desde que comprovado caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d” da lei nº 14.133/93, sendo que a resposta de deferimento ou indeferimento do pedido ocorrerá sempre no primeiro dia do mês subsequente a requisição

15.2.2. Se concedido o reequilíbrio este atingirá somente compras futuras, posteriores ao pedido, não recaindo nas compras já solicitadas e empenhadas. Devendo o fornecedor entregar os bens já empenhados pelo valor da licitação.

16. OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO (art. 92, XIV)

16.1. OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

16.2. Obrigações da CONTRATADA

- a) Responsabilizar-se pela segurança das máquinas e veículos durante a execução dos serviços;
- b) Utilizar suas próprias ferramentas e equipamentos para a execução dos serviços e substituição das peças;
- c) Utilizar na execução dos serviços somente ferramentas recomendadas pelo fabricante;



- d) Atender prontamente as requisições do Município para executar os serviços da manutenção preventiva e corretiva nas máquinas e veículos;
- e) Fornecer ao Município, após a disponibilização do veículo/máquina para diagnosticar, o orçamento detalhado via sistema TABELA TRAZ VALOR, para execução dos reparos, discriminando quantidade de horas por serviço, com os respectivos valores de mão de obra. Informar no orçamento quais peças deverão ser substituídas com código numérico genuíno.
- f) Entregar as máquinas/veículos submetidos aos serviços devidamente limpos, ou seja, livre de resíduos provenientes da execução dos serviços, tais como graxa, óleo, cola, tinta, poeira, entre outros;
- g) Entregar o bem público ao Município somente após conferência de todos os itens de segurança e funcionamento vistoriados;
- h) Promover condições de fiscalização de todos os serviços contratados, bem como, dos seus procedimentos e técnicas empregadas;
- i) Devolver, no ato da saída da máquina/veículo da sua oficina, todas as peças que forem substituídas nas mesmas embalagens das utilizadas;
- j) Os serviços deverão ser executados exclusivamente nas dependências da mecânica municipal, anexa à garagem municipal de Águas Frias/SC.
- k) Caso a contratada para prestação do serviço tenha sua sede localizada dentro do território do município de Águas Frias, o serviço poderá ser realizado nas dependências da mesma.
- l) Transportar com segurança e pessoal habilitado e dentro das normas do Código de Trânsito Brasileiro até o local da sua oficina (independente do endereço) os bens públicos do município de Águas Frias;
- m) Dar livre acesso em suas dependências dos terceirizados ao Município para execução dos serviços nas máquinas/veículos pertencentes ao Município.
- n) Responsabilizar-se por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorrerem no decorrer da prestação de serviços, inclusive perante terceiros;
- o) Responsabilizar-se pelo pessoal empregado na execução da prestação dos serviços de que trata esta Ata, observando a legislação pertinente, especialmente as obrigações trabalhistas, além das despesas diretas e indiretas como transportes, estadias, alimentação, seguros, encargos sociais, fiscais, previdenciários, de ordem de classe, indenizações ou qualquer outra que for devida, ficando o Município isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.
- p) Executar os serviços objeto desta licitação mediante atuação de profissionais especializados e manter quadro de pessoal suficiente para execução dos serviços, sem interrupção;



- q) Assumir as responsabilidades pelas providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando na ocorrência da espécie forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do Município;
- r) Responsabilizar-se por toda e qualquer má execução do serviço prestado;
- s) A contratada será responsável pela contratação do acesso ao Sistema Tabela TrazValor, inclusive será responsável por todos os custos para acesso ao sistema e de funcionários para operação.
- t) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as reservas estabelecidas pela nova lei de licitações Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.
- u) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- v) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique na entrega dos produtos.
- w) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.
- x) Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade relacionada ao objeto que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- y) Manter, durante o período de execução do objeto, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.
- z) Conduzir a execução do objeto com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- aa) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- bb) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- cc) Fornecer Equipamentos de proteção individual e coletiva para os funcionários executantes do objeto.
- dd) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;



- ee) Entregar o(s) PRODUTO(S)/SERVIÇO(S) de acordo com o pactuado, não sendo aceito em hipótese alguma produtos de marcas e especificações diferentes;
- ff) Responsabilizar-se pela troca do(s) PRODUTO(S)/SERVIÇO(S), ocasionalmente em desacordo com o pactuado, efetuando a troca, a partir do conhecimento.
- gg) Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não sendo a CONTRATANTE responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.
- hh) Responsabilizar-se por toda e qualquer despesa durante a execução do objeto, em relação a transporte de pessoal e/ou equipamento, alimentação, diárias e estadias, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem pertinentes a execução do objeto de presente termo de referência

16.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA :

- a) Aplicar as penalidades cabíveis, nas situações previstas no edital;
- b) Fiscalizar a execução do objeto, bem como requisitar, quando necessário, a promoção de medidas para a regularidade na execução;
- c) Rejeitar, no todo ou em parte a execução do objeto caso está não apresente resultados satisfatórios ou conforme as obrigações assumidas pela Contratada;
- d) Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade, e sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;
- e) A Administração se reserva o direito de suspender a execução do objeto em desacordo com o pactuado entre as partes.

16.4. PENALIDADES CABÍVEIS:

16.4.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):

- I - Dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
- II - Dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da Ata de Registro de Preços;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

16.5 Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

I -	Advertência (art. 156, § 2º).	I Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
II -	Multa de 10%	Qualquer infração (art. 156, § 3º).
III -	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Águas Frias, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º).	II III IV V VI VII Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º)
IV	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º)	VIII IX X XI XII Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).



16.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7 Para aplicação das sanções (arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021):

I - Inciso II do item 16.5: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

II - Incisos III e IV do item 11.1:

- a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- b) O licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
- c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
- d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
- e) A sanção prevista no inciso IV do item 23.1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal (art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021);
- f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:
 - i) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;
 - ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
 - iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

16.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021).

16.9. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal (art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021).

16.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

16.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº



14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

16.12. A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

16.13. A forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos seguirá o disposto no Decreto Municipal nº124/2023 (art. 161, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

16.14. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 16.5 (art. 162 da Lei nº 14.133/2021).

16.14.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da Ata de Registro de Preços com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

16.15. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de Águas Frias, exigidos, cumulativamente (art. 163 da Lei nº 14.133/2021).

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

16.16. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato) e XII (Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013) do caput do item 16.4 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

17. OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO (art. 92, XVI)



17.1 O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

18. A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ (art. 92, XVII)

18.1. O CONTRATADO fica obrigado a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

19. OS CASOS DE EXTINÇÃO (art. 92, XIX)

19.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 136, caput da Lei nº 14.133/2021):

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO;
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
 - i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

19.1.1. As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições (art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;



b) Assegurarão ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

19.2. O CONTRATADO terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

19.3. A extinção do contrato poderá ser (art. 138 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

19.3.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

19.3.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o CONTRATADO será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

19.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências (art. 139 da Lei nº 14.133/2021):



- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) Execução da garantia contratual para:
 - i) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - ii) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - iii) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - iv) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

19.4.1. A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta

19.4.2. Na hipótese da letra “b”, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

19.5. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

20 – DA PROTEÇÃO DE DADOS

20.1. Serão aplicáveis a este instrumento, as “Leis Aplicáveis à Proteção de Dados” que significa todas as leis, normas e regulamentos que regem o tratamento de dados pessoais, especialmente a Lei nº 13.709/2018 – LGPD, além das normas e dos regulamentos adotados pelas competentes autoridades de proteção de dados.

20.2. A Parte Receptora declara-se ciente e concorda que poderá ter acesso, utilizar, manter e processar, eletrônica e manualmente, informações e dados prestados pela Parte Reveladora e seus clientes (“dados protegidos”), exclusivamente para a prestação dos serviços.

20.3. As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da Lei nº 13.709/2018 – LGPD e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os dados protegidos na extensão autorizada na referida LGPD.

20.4. A Parte Receptora somente poderá tratar dados pessoais conforme as instruções da Parte Reveladora, a fim de cumprir suas obrigações para a prestação dos serviços, jamais para qualquer outro propósito.

20.5. A Parte Receptora tratará os dados pessoais em nome da Parte Reveladora e de acordo com as instruções escritas fornecidas pela Parte Reveladora. Caso a Parte Receptora considere que não possui informações suficientes para o tratamento dos dados pessoais de acordo com



este instrumento ou que uma instrução infrinja as Leis Aplicáveis à Proteção de Dados, a Parte Receptora prontamente notificará a Parte Reveladora e aguardará novas instruções.

20.6. Se aplicável, a Parte Receptora se certificará que qualquer terceiro sob sua responsabilidade agirá de acordo com este instrumento, as Leis Aplicáveis à Proteção de Dados e as instruções transmitidas pela Parte Reveladora. A Parte Receptora se certificará que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumam um compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.

20.7. Se o titular dos dados, autoridade de proteção de dados ou terceiro solicitar informações diretamente da Parte Receptora relativas ao tratamento de dados pessoais, a Parte Receptora submeterá esse pedido à apreciação da Parte Reveladora. A Parte Receptora não poderá, sem instruções prévias da Parte Reveladora, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais ou a quaisquer outras informações relativas ao tratamento de dados pessoais a qualquer terceiro.

21 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Este instrumento poderá ser alterado somente mediante a celebração de Termo Aditivo.

21.2. A nulidade ou anulação de qualquer cláusula deste instrumento não implicará na nulidade ou anulação das demais cláusulas, que permanecerão em vigor, a menos que expressamente anuladas por decisão judicial.

21.3. O não exercício pelas partes de quaisquer dos direitos ou prerrogativas previstos neste instrumento ou na legislação aplicável será tido como ato de mera liberalidade, não constituindo alteração ou novação das obrigações ora estabelecidas, cujo cumprimento poderá ser exigido a qualquer tempo, independentemente de comunicação prévia à parte.

21.4. O presente instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título e tempo.

21.5. A Parte Receptora declara que os serviços serão prestados de acordo com todas as legislações, princípios e normas aplicáveis, inclusive a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGDP).

21.6. As partes declaram e reconhecem que são entidades totalmente independentes entre si, de forma que nenhuma disposição deste instrumento poderá ser interpretada no sentido de criar qualquer vínculo empregatício entre as partes, bem como entre os empregados de uma parte e a outra parte.

21.7. Através deste instrumento, a Parte Receptora cede à Parte Reveladora todos os direitos patrimoniais de autor a ela pertencente, decorrentes dos serviços prestados.

21.9. A inobservância de qualquer uma das disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitará a Parte Receptora ao pagamento ou ressarcimento, de todas as perdas e danos, materiais e morais, lucros cessantes, nos termos das legislações vigentes.



21.10. Toda e qualquer comunicação entre a administração pública e licitante/contratado poderão ser feitas por e-mail e/ou whatsapp, inclusive as que dizem respeito à execução, extinção do contrato e aplicação de penalidades;

21.10.1. Fica o licitante/contratado obrigado a fornecer e manter atualizado até final do contrato, um endereço de e-mail e de whatsapp para as comunicações formais mencionadas no item anterior;

21.10.2. Serão reputadas válidas as intimações, notificações e qualquer outras comunicações enviadas ao endereço de e-mail ou whatsapp informados pelo licitante/contratado, independentemente de confirmação de recebimento.

22 – DO FORO

24.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, como único competente para dirimir as controvérsias resultantes deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam esta Ata de Registro de Preços, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas, para que produza todos os efeitos.

Município de Águas Frias – SC, xx de xxxxx de xxxx

LUIZ JOSÉ DAGA
PREFEITO MUNICIPAL

Representante Legal xxxxxxxx
Razão Social do Contratado

Testemunhas

1:Nome:
CPF:

2: Nome:
CPF:

DAMDARA LUANA SCHUCK

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

OAB/SC 42.682

ANEXO VI

PROPOSTA

Processo Licitatório nº 92/2.024
Modalidade: Pregão nº 27/2.024

Nome da Licitante:

CNPJ:

Endereço:

Cidade:

Telefone:

nº

UF:

e-mail:

bairro:

CEP:

LOTE I

Lote	Item	Qtde	Descrição do Item	Valor estabelecido R\$	Percentual de desconto %
1	1	1,00	Serviços de manutenção da parte do sistema elétrico de veículos e máquinas pesadas	R\$50.000,00	
1	2	1,00	Fornecimento de peças elétrica, materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção elétrica dos veículos e máquinas pesadas	R\$100.000,00	
Total de Percentual concedido (peças e mão de obra) _____ % (_____)					
LOTE II					



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

2	1	1,00	Serviços de manutenção de ar condicionado em veículos e máquinas	R\$40.000,00	
2	2	1,00	Fornecimento de peças, materiais, óleos lubrificantes e gases necessários a manutenção de ser condicionado dos automóveis, caminhões, ônibus, vans, ambulâncias e toda a frota de máquinas pesadas	R\$75.000,00	
Total de Percentual concedido (peças e mão de obra) _____ % (_____)					
LOTE III					
3	1	1,00	Serviços mecânicos para consertos de veículos (van e ambulâncias)	R\$60.000,00	
3	2	1,00	Fornecimento de peças e materiais, óleos lubrificantes demais itens necessários à manutenção de tipo Van e Ambulâncias movidas a Diesel.	R\$80.000,00	
Total de Percentual concedido (peças e mão de obra) _____ % (_____)					
LOTE IV					
4	1	1,00	Serviços mecânicos para veículos leves	R\$60.000,00	
4	2	1,00	Fornecimento de peças e materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de tipo veículos leves	R\$125.000,00	
Total de Percentual concedido (peças e mão de obra) _____ % (_____)					
LOTE V					
5	1	1,00	Serviços mecânicos para reparos e consertos em funilaria e pintura	R\$40.000,00	
5	2	1,00	Fornecimentos de peças e materiais ,	R\$40.000, 00	



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

			óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de funilaria e pintura.		
Total de Percentual concedido (peças e mão de obra) _____ % (_____)					
LOTE VI					
6	1	1,00	Serviços mecânicos para conserto de caminhões	R\$150.000,00	
6	2	1,00	Fornecimento de peças e materiais , óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de caminhões	R\$280.000,00	
Total de Percentual concedido (peças e mão de obra) _____ % (_____)					
LOITE VII					
7	1	1,00	Serviços mecânicos para máquinas pesadas (linha amarela)	R\$150.000,00	
7	2	1,00	Fornecimento de peças e materiais, óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção para máquinas pesadas	R\$500.000,00	
Total de Percentual concedido (peças e mão de obra) _____ % (_____)					
LOITE VIII					
8	1	1,00	Serviços mecânicos para ônibus micro ônibus	R\$50.000,00	
8	2	1,00	Fornecimento de peças e materiais óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção de tipo ônibus e Micro-ônibus	R\$90.000,00	
Total de Percentual concedido (peças e mão de obra) _____ % (_____)					
LOITE IX					
9	1	1,00	Serviços mecânicos para conserto de	R\$15.000,00	

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

			implementos agrícolas		
9	2	1,00	Fornecimento de peças e materiais, , óleos lubrificantes e demais itens necessários à manutenção para implementos agrícolas	R\$25.000,00	
Total de Percentual concedido (peças e mão de obra) _____% (_____)					

Valor Total da Proposta R\$xxxxxxx(xxxxxx)

Validade da proposta de 60 dias

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	--

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS

Modelo 1

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

OU

Modelo 2

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA que não se aplicam as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	---

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

OBS: A LICITANTE DEVERÁ ESCOLHER O MODELO QUE SE ENQUADRA A SUA EMPRESA

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO UNIFICADA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, DECLARA:

a) **ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** : DECLARA, nos termos do art. 63, I da Lei nº 14.133/2021 que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

b) **DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR**: DECLARA para os devidos fins do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal e inciso V do artigo 68 da Lei nº14.133/2021, que não emprega, nem empregará, durante a vigência do contrato, menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz().
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



- c) **DECLARAÇÃO QUE A PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS:** DECLARA que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas
- d) **PLENO CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DAS REGRAS E DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO,** estando ciente pela necessidade de manutenção das condições da contratação durante toda a execução do contrato até seu pagamento.
- e) O INTERESSADO declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar
- f) Autorizo o Município de Águas Frias aqui denominado CONTROLADOR, a dispor dos meus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, de acordo com os artigos 7º e 11 da Lei nº 13.709/2018
- g) Declara sob as penas da lei que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital do referido processo licitatório do Município de Águas Frias.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal

(LOCAL), (DATA). _____

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

	<p>Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS Departamento de Licitação</p> <p>CNPJ: 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro Águas Frias – SC, CEP 89.843-000 Fone/Fax (49) 3332-0019</p>
---	--

ANEXO IX

APLICAÇÃO DOS ARTS. 42 AO 49 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 (quando a empresa se enquadrar nesse situação – EPP, ME e MEI)

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, que para obter os benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, o licitante no ano-calendário de realização da licitação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem 4,8 milhões/ano (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II), sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato, conforme dispõe o art. 4º, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA). _____

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019